

As relações de gênero no ambiente escolar como forma de enfrentamento a violência contra a mulher e a construção da emancipação humana

The gender relations in the school environment how to combat form of violence against women and the construction of human emancipation

Ricarte Barbara Laiana¹, Maria Charlene Cavalcante Vieira², Anne Izabelly Oliveira de Sousa³, Ednara Albuquerque de Sousa⁴, Erissa Gncaves Rolim⁵, Rubenia de Oliveira Costa⁶ e Bruno Alves Moura⁷

RESUMO - O movimento feminista considera a educação como um campo de transformação das desigualdades entre homens e mulheres e um dos caminhos para se alcançar a emancipação humana, assim propõe que seja executada nas escolas uma educação não sexista, que estimule os respectivos alunos a se tornarem pessoas críticas social e politicamente, e contestadores do processo de socialização entre homens e mulheres ainda em voga na atualidade. Sendo assim, a presente pesquisa tem por finalidade analisar como as práticas educativas contribuem para o enfrentamento da violência contra a mulher no município de Cajazeiras-PB. Para se chegar ao fim proposto, foi necessário abordar os determinantes fundamentais do processo de construção das desigualdades e o próprio patriarcado, enquanto sistema que regula as relações desiguais estabelecidas entre homens e mulheres e, também, foi primordial trazer a discussão sobre educação e emancipação humana, uma vez que possibilitam a desconstrução das desigualdades. Quanto à pesquisa em si, o método de análise utilizado foi o materialismo histórico e dialético de Marx uma vez que se compreende que a realidade não é estática, ou seja, assim como os processos de construção das desigualdades são dinamicamente produzidos, a própria educação pode executar, também, uma dinâmica transformadora para a desconstrução das desigualdades. Contudo, o que se percebe na pontualidade da cidade de Cajazeiras-PB é que a desconstrução das desigualdades entre homens e mulheres pela via da educação é ínfima, uma vez que é pouco presente nas escolas e, além disso, os profissionais que vem executando as poucas ações não tem capacitação suficiente para executa-las.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, Educação, Emancipação Humana, Violência.

ABSTRACT - The feminist movement considers education as a field of transformation of inequalities between men and women and one of the ways to achieve human emancipation, is proposing that it runs in schools non-sexist education, stimulate their students to become critical people socially and politically, and protesters of the socialization process between men and women still in vogue today. Thus, this research aims to analyze how educational practices contribute to the coping of violence against women in the city of Cajazeiras -PB. To get to the proposed order, it was necessary to address the fundamental determinants of the construction process of inequality and patriarchy itself as a system that regulates the unequal relations between men and women and also was critical to bring the discussion on education and human emancipation since it enables the deconstruction of inequalities. As for the research itself, the analysis method used was the historical and dialectical materialism of Marx once one understands that reality is not static, that is, as well as inequalities construction processes are dynamically produced, education itself can run also transforming dynamism to the deconstruction of inequalities. However, what is perceived in the timeliness of the city of Cajazeiras -PB is the deconstruction of inequalities between men and women through education is minimal, since it is hardly present in schools and also the professionals who have been running the few actions do not have enough capacity to run them.

KEYWORDS: Gender, Education, Human Emancipation, Violence.

*Autor para correspondência

Recebido em 01.02.2014 e aceito em 04.02.2015

Graduada no Curso de Bacharelado em Serviço Social, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras- FAFIC. E-mail:barbaralricarte@hotmail.com

Graduada no Curso de Bacharelado em Serviço Social, FAFIC. E-mail:chaycavalcanti@hotmail.com

Graduada no Curso de Bacharelado em Serviço Social, FAFIC. E-mail:bellynhaoliveira@hotmail.com

Graduada no Curso de Bacharelado em Serviço Social, - FAFIC. E-mail:ednara2008@hotmail.com

5- Graduada no Curso de Bacharelado em Serviço Social, - FAFIC. E-mail: erissarolim@hotmail.com

6 Graduada em Administração pela UFPB E-mail rubeniaadm@gmail.com

7 Graduado em Enfermagem E-mail: brunoalves_270@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A situação de desigualdade entre as relações de gênero tem refletido de forma perversa na vida das mulheres, tendo por principal aspecto a violência respaldada nas construções sociais e penetrada em uma cultura patriarcal, machista, racista e excludente pelo seu próprio sistema econômico nomeado de capitalismo, todos esses aspectos não contribuem nem para a cidadania e muito menos para emancipação das mulheres.

Para Silva e Camurça (2008, p. 12) a violência contra as mulheres é considerada por muitos como algo comum, vinculada a uma falta de caráter, no entanto o patriarcado conceitua a violência como parte estruturadora e mantenedora de todo sistema.

As situações de violência geralmente ocorrem na própria residência, no seio de sua família, independente da faixa etária, classe ou raça. Vale ressaltar que é um ciclo presente em quase toda a vida da mulher, pois inicialmente o praticante da violência é o pai e os irmãos, posteriormente o cônjuge e/ou namorado e finalizando por os seus próprios filhos.

Esse sistema de dominação/exploração se expressa de várias formas seja em submeter à mulher em objeto de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho como a expor as práticas de violência, o patriarcado é um sistema tão forte e perverso que mesmo no período de democracia formal do Estado, ainda permanece presente de diferentes formas (SAFFIOTI, 2004).

Pensando nessa situação violenta e opressora que as mulheres têm vivenciado, ressaltando também que é considerado como violação dos direitos humanos, o movimento feminista tem apontado algumas propostas como forma de desconstrução das relações desiguais entre gênero, dentre elas, a educação, por ser de grande relevância na formação das relações sociais.

Sabemos que na efetivação da construção da igualdade é necessária a contribuição de algumas instituições que fazem parte da formação dos indivíduos, dentre estas se destaca as escolas por ser um espaço sócio-cultural.

O interesse pelo presente estudo surgiu das observações e questionamentos feitos durante o estágio I, II e III do Curso de Serviço Social da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras-FAFIC, na Secretaria Executiva de Políticas Públicas para as Mulheres no Município Cajazeiras-PB.

Pensando nesta realidade de grandes desafios que a maioria das mulheres tem vivenciado despertou-se a necessidade de estudar como as instituições, particularmente as escolas, têm contribuído no enfrentamento da violência contra a mulher e se de fato estão sendo executadas ações educativas voltadas para a desconstrução da desigualdade de gênero.

O interesse em estudar a temática educação em gênero, também se despertou através do reconhecimento da escola ser uma instituição formadora de pessoas e cidadãs, onde cada indivíduo adquire seus primeiros conhecimentos, porém o interesse foi potencializado diante da nossa educação ser conservadora/reprodutora das relações de gêneros tendo como maior resultado a

divisão sexual e de gênero do trabalho, pois maior parte dos professores geralmente são mulheres.

O referido estudo se estrutura da seguinte forma. No primeiro momento, será abordada a construção das relações de gênero, patriarcado e educação. As relações de gênero por serem construídas de forma desigual tendo como reflexos a violência, exploração e subordinação contra as mulheres. Sendo assim de grande relevância abordar sobre o sistema patriarcal, uma vez que consideramos como sistema que estrutura as relações sociais.

Referente à Educação em Gênero já que é um instrumento que pode promover a cidadania de todos inclusive da mulher, mas que suas ações vêm sendo executadas de forma precarizada fortalecendo o machismo, racismo e o capitalismo, nesse mesmo capítulo também é abordado sobre a educação e emancipação humana, pois apesar da educação ser um instrumento constituinte da cidadania ela por si só não torna uma sociedade emancipada.

Posteriormente será abordado a violência contra a mulher e seus respectivos rebatimentos na vida das vítimas, inicialmente fazendo um breve contexto histórico sobre as lutas feministas, sendo que as últimas décadas, o movimento feminista conquistou uma relevante ampliação de direitos para as mulheres, posteriormente será abordado alguns conceitos de violência e suas tipologias já que a violência pode ser tipificada como violência domésticas, sexual, psicológica, patrimonial entre outras. E como forma de punição para as mais perversas violências contra as mulheres também ganha destaque nesse capítulo a Lei Maria da Penha a Lei Maria da Penha, tendo por objetivo combater a violência doméstica, pela qual se “configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006).

No último capítulo, foi abordado a análise das ações educativas em gênero na Secretaria Executiva de Políticas Públicas para as Mulheres, como formas de enfrentamento a violência contra as mulheres no decorrer de realizadas a partir de uma entrevista com os funcionários da respectiva. E por fim, foi feita as considerações finais do presente trabalho.

GÊNERO, PATRIARCADO E EDUCAÇÃO

Vivemos em uma sociedade marcada por contradições não só no campo econômico, como também no social e político, e tais contradições têm transformado as relações sociais, principalmente as relações de gênero, transformando-as em esferas de opressão e exploração dos homens sobre as mulheres. Para compreender esse fenômeno de desigualdade é necessário analisar as relações sociais e como elas são construídas. O movimento feminista tem sido muito relevante na tarefa de desnaturalizar às desigualdades de gênero e denunciar a exploração/opressão a que as mulheres são subordinadas.

Ademais, grande parte da sociedade acredita que o ciclo de opressão, exploração/dominação em que a mulher esta inserida é algo natural, porém as relações de gênero constituem-se em primeiro lugar como relações de

poder, portanto, são hierarquizadas, desiguais, de subordinação e valores diferenciados para os membros de uma dada organização social.

Segundo Saffioti (1987, p76) “[...] rigorosamente os seres humanos nascem machos ou fêmeas e a sociedade os transforma em homens e mulheres”, reavivado a célebre frase de Simone de Beauvoir “não se nasce mulher. Torna-se”. É possível observar esse fenômeno a partir do nascimento dos bebês, em que as crianças são educadas diferente umas das outras de acordo com o seu sexo, nesse caso as do sexo masculino ocupam a categoria de dominadores e as do sexo feminino as de subordinadas.

Assim sendo, as crianças são criadas conforme o que a sociedade define como próprio de homem e de mulher e não de forma natural, inclusive as próprias organizações sociais tratam de naturalizar fenômenos que são completamente sociais.

Podemos observar as diferenças – que se transformam paulatinamente em desigualdades - nas brincadeiras. Uma destinada para meninos e outras para meninas, as das meninas sempre estão no campo do diminutivo, por exemplo, *bonequinha, panelinha, casinha*, então desde criança as meninas vão treinando a lidar com coisas pequenas, mais delicadas e voltadas ao cuidado. Diferenciando-se dos meninos que brincam com coisas que eles podem manipular quando crescerem, ou seja, bola, avião, carro, inclusive os meninos tem total liberdade de brincar na rua diferente das meninas que são criadas sempre no campo privado, que para muitas feministas é considerado o lugar da privação.

As desigualdades podem ser identificadas em diversas esferas da sociedade e formas de ser, tais como, se comportar, falar, andar e se vestir. A roupa materializa a conquistaram mais espaços de participação seja no campo profissional, social ou político, porém, não podemos negar que alguns dados apontados como avanço tornou a vida das mulheres mais difícil porque o espaço doméstico ainda é atribuído como responsabilidade exclusiva da mulher, como aponta Saffioti (1987, p.9):

[...] Torna-se, pois, clara a atribuição, por parte da sociedade, do espaço doméstico a mulher. Trabalhando em troca de um salário ou não, na fábrica, no escritório, na escola, no comércio, ou a domicílio, como é o caso de muitas mulheres que costuram, fazem crochê, tricô, doces e salgados, a mulher é socialmente responsável pela manutenção da ordem na residência e pela criação e educação dos filhos. Assim, por maiores que sejam as diferenças de renda encontradas no seio do contingente feminino, permanece esta identidade básica entre todas as mulheres.

Nessa compreensão, gênero é um conceito referente a um sistema de relações e papéis entre mulheres e homens, construído social, política e economicamente, portanto não são determinadas pela diferença biológica entre sexos. Os estudos de gênero surgem inicialmente nos movimentos feministas no final do século XX, entre as

liberdade de homens e mulheres em níveis distintos, os homens podem fazer exposição de seu corpo sem que isso rebata em uma violação; já a exposição do corpo feminino pode acarretar variadas formas de violência, inclusive a sexual. Segundo Alemany (2009, p. 271) “as violências corporais são expressões de relações de poder masculino e sexualidade, fazem parte da aprendizagem da virilidade e são em geral legitimados socialmente”.

É nesse sentido que os adultos induzem as crianças a irem se identificando com os padrões e modelos. Assim, meninas e meninos vão adquirindo características e atribuições que correspondem aos ditos *papéis* femininos e masculinos, assim como aponta Beauvoir (1967, p.9) no livro clássico do feminismo, *O Segundo Sexo: A Experiência vivida*.

[...] Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo.

Os papéis que são atribuídos para as mulheres não só são diferentes dos homens como também desvalorizados, por isso é que estão tão enraizadas as condições de subordinação/exploração e inferioridade da mulher em relação aos homens como o trabalho doméstico; cuidado com os filhos, os doentes e idosos. Faz parte da ordem patriarcal de gênero distinguir o espaço público do privado, reservando o segundo a mulher.

Através de muitas lutas as mulheres

décadas de 1970 e 1980 com o objetivo de explicar e desnaturalizar as desigualdades entre homens e mulheres. Quando se aborda o termo gênero, de imediato pensa-se em um campo de estudo relacionado somente as mulheres, mas diz respeito também obter informações dos homens já que o mundo das mulheres também faz parte do mundo dos homens e ambos se relacionam nesse mesmo mundo. Como bem aponta Joan Scott (1995, p.3):

“Gênero” como substituto de “mulheres” é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro. [...] esse uso rejeita a utilidade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais e entre os sexos.

Nesse momento é importante situar as contribuições da autora Gayle Rubin através da publicação “O Tráfico das Mulheres: Nota sobre a Economia Política do Sexo” em que uma dicotomia ao conceito de gênero, ou seja, uma dualidade entre sexo/gênero, para a autora gênero é resultante da construção social e o sexo seria o

que é determinado biologicamente, portanto, naturalmente. No entanto, em determinado momento Rubin vai se contradizer ao afirmar que o “parentesco cria o gênero”, nesse sentido, essa colocação que autora faz é afirmar que as diferenças entre gêneros se dá de forma natural.

A ideia de Rubin em abordar a dualidade entre sexo e gênero é considerada para alguns autores como uma contribuição no conceito gênero, porém percebemos que ocorre uma defasagem quando ela dicotomiza o conceito de gênero, pois ela afirma que sexo diz respeito ao biológico e gênero ao social, pensar dessa forma traz reflexos negativos pra a questão de gênero porque significa dizer que todas as relações do sexo tem a ver com o biológico, porém o sexo que vivemos também é algo social e cultural, sabemos que o gênero e o sexo são unidades de um mesmo debate do qual o sexo esta carregado de significações sociais e não apenas natural e biológico. De acordo com Cisne (2012, p. 80):

A permanência das bases naturais nos estudos de gênero e no estabelecimento de sistemas duais (sexo-gênero, natureza/cultura) resulta nas críticas ao pensamento desenvolvido por Rubin a partir da década de 1990 [...] essa década é marcada por várias discussões relacionada à categoria gênero. Algumas feministas defendiam a substituição da categoria; outras, uma reformulação sem abandonar os princípios de gênero.

As feministas francesas ganham visibilidade na década de 1970, tendo como foco central de luta as desigualdades entre homens e mulheres, essa categoria feminista defende que as desigualdades entre os sexos não se dá através do campo biológico, mas sim através das relações sociais. De acordo com Soares (2006, p. 21):

A desigualdade entre homens e mulheres é compreendida como uma relação social, material, concreta e histórica e, portanto, configura-se enquanto uma relação de classe, vinculada a um sistema de produção, ao trabalho e a exploração de uma classe pela outra.

As feministas socialistas, dentre elas, Sheila Rowbotham (1972), Juliet Mitchell (1973) E Zillah Eisenstein (1980) se norteiam na perspectiva marxista que aponta as desigualdades de gênero relacionadas com as contradições de classe, raça/etnia, sendo assim não é uma problemática natural e nem tem por base apenas a exploração capitalista.

No Brasil o conceito de Gênero começou a ser utilizado em 1990 através do artigo de Joan Scott: *Gênero uma categoria útil para análise histórica*, em que aborda o conceito de gênero como relações estabelecidas entre mulheres e homens, de acordo com Scott (1990):

Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as

“construções sociais”: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.

Utilizar o termo gênero é dar ênfase sobre todas as formas de relações que contém o sexo, mas, “que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade” (SCOTT, 1990, p.3).

Inicialmente os historiadores (as) faziam uso do termo gênero quando abordavam temas sobre mulheres, crianças, família e ideologias de gênero, de uma forma mais direta, o uso do termo gênero só se refere a relações de domínios sejam elas nas esferas estruturais ou ideológicas. No entanto, apenas fazer o uso do termo gênero nas relações sociais entre os sexos, não nos possibilita compreender as razões pelas quais as relações são construídas de forma desiguais, como funcionam e como mudam de acordo com tempo histórico. É nesse sentido, que gênero no seu uso descritivo é associado ao estudo das coisas relativas às mulheres (SCOTT, 1990, p. 03).

Na realidade os historiadores (as) tinham consciência que o conceito de gênero não se esgotava em definir o mundo das mulheres, compreender apenas esse conceito da terminologia gênero não soluciona a desigualdade de gênero, por esta razão as feministas utilizaram uma série de abordagens à análise do gênero, como objetivo de obter um esclarecimento do conceito de gênero e também possibilitar uma transformação histórica. Segundo Scott (1990), gênero é uma categoria relacional, onde o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens. De acordo com Davis citado por Scott (1990, p.01):

[...] deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens quanto das mulheres, e que não deveríamos trabalhar unicamente sobre o sexo oprimido, da mesma forma que um historiador das classes não pode fixar seu olhar unicamente sobre os camponeses. Nosso objetivo é entender a importância dos sexos, dos grupos de gêneros no passado histórico. Objetivo é descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para muda-la.

Dentre essas abordagens teóricas Joan Scott aponta três posições teóricas, a primeira focaliza na tentativa de explicar as origens do Patriarcado que é o sistema de dominação do homem com as mulheres tornando-as subordinadas; a segunda vertente tem por base a teoria marxista procurando uma explicação material para as relações sociais de gênero; e a terceira vertente dividida entre “o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito, discutindo as relações de gênero como sistemas de poder”. (SCOTT, 1990).

Assim, quando a autora produz uma crítica a essas respectivas abordagens teóricas, dispensa o uso do conceito de patriarcado, pois na sua compreensão este se fundamenta nas desigualdades de sexo, além de pressupor relações sociais supra históricas e imutáveis. Conforme Scott (1990), se tratando da historicidade do conceito gênero,

[...] o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir na qualidade fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”.

Na contramão do pensamento de Scott temos a socióloga brasileira Heleieth Saffioti (2004) que situa o gênero como uma categoria de análise histórica. E um *constructo social*, logo pode ser concebido em várias instâncias:

Como aparelho simeótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, normatização das representações culturais, organizações e instituições sociais e subjetividade (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987), assim como, uma gramática sexual que regula as relações homem-mulher, homem-homem e mulher-mulher (SAFFIOTI, 19292, 1997b, SAFFIOTI E ALMEIDA, 1995).

Embora se utilize uma diversidade de conceitos de gênero existe um consenso entre as (os) pesquisadoras (es) que “gênero é a construção social do masculino e do feminino”. (SAFFIOTI, 2004, p.45). Nesse sentido, de acordo com Saffioti gênero não significa, essencialmente, desigualdade entre homens e mulheres, mas pode condensar no seu interior relações igualitárias de gênero, na realidade é fato que existe uma desigualdade histórica entre os sexos, resultado de um sistema/práticas em que os homens dominam e oprimem as mulheres, nomeado por teóricas feministas como dominação patriarcal. Isso vai ser situado precisamente nas feministas radicais no final da década de 1960, que ficou marcado pela emergência dos movimentos libertários e pela publicização do debate sobre violência, corpo e sexualidade das mulheres¹.

Nesse momento convém historiar o patriarcado enquanto sistema político, social, econômico e cultural que “organiza e disciplina a vida produtiva e reprodutiva das mulheres, e se associa a outras determinações da

sociabilidade do capital” (SOARES, 2011, p.42). Este surge a partir da propriedade privada e da família monogâmica, por volta do século X, XI e XII, inicialmente para designar uma organização familiar em que o pai, enquanto o chefe da família tinha poder irrestrito sobre os seus membros familiares. Outra atribuição conceitual era a de nomear as relações entre donos de terras e as pessoas que residiam em suas propriedades. É preciso destacar que o patriarcado não é uma experiência supra-histórica e homogênea, pois se inicia enquanto realidade euro-ocidental e posteriormente, se amplia pelo mundo assumindo variadas particularidades regionais.

O surgimento da propriedade privada torna a mulher também uma propriedade privada para o homem e sua família, inclusive, a “palavra família vem do latim que significa *famulus* que é o número de escravos pertencente a um homem” (SAFIOTTI, 2004, p.98). Partindo desse conceito os filhos a mulher e a terra vai pertencer ao homem, isso é a família monogâmica constituída, é a partir desse momento que se elabora socialmente uma desigualdade entre homens e mulheres, portanto, fica explícito que a desigualdade é um processo histórico, social, econômico, cultural e religioso.

Portanto, é a partir do casamento que o homem começou a ganhar poder e fazer uso dele suprimindo as mulheres, retirando delas o direito materno. Segundo o pensamento de Engels (1981) a família monogâmica foi a maior derrota da mulher porque a tornou em objeto de prazer do homem.

Vale ressaltar que o patriarcado não ocorre somente no âmbito familiar como define o conceito weberiano, mas também na esfera política, como a interdição das mulheres ao espaço público, pouca inserção na produção de conhecimento, inserção precarizada na esfera do trabalho entre outros.

Outro importante aspecto do patriarcado é que um sistema desenvolvido independente da presença do homem e fomenta uma guerra entre as mulheres como aponta Saffioti, (2004, p. 101) “nem sequer a presença do patriarca é imprescindível para mover a máquina do patriarcado. A legitimidade atribui sua naturalização e pode ser acionado, inclusive, por mulheres”. Isso quer dizer que a ordem patriarcal de gênero não é uma experiência exclusiva dos homens, e, portanto, não há culpabilização do sujeito masculino de forma individual, pois, são relações sociais produzidas e reproduzidas pelas instituições, práticas e linguagens. Por outro lado, a questão da desigualdade entre os gêneros pode ser tematizada inclusive por mulheres, que na percepção de Saffioti (2007) não podem ser consideradas cúmplices por não disporem das mesmas condições de poder e consentimento. De acordo com Saffioti (2004, p. 52):

A carência da visão da totalidade induz as pessoas a pensar qualquer fenômeno, quase sempre, situado no indivíduo. O inimigo das mulheres não são Pedro, João, Francisco, mas a ordem patriarcal de gênero. (DELPHY, 1998), inventada e implantada por seus ancestrais. Como se trata de um esquema de relações que atribui privilégios aos homens, é obvio que eles, como categoria social, não

¹ Na década de 1970, mas também nos fins da anterior, várias feministas, especialmente as radicais, prestaram grande serviço aos então chamados estudos sobre mulher, utilizando um conceito de patriarcado [...] sendo sua intenção bastante política, ou seja, a de denunciar a dominação masculina e analisar as relações homem-mulher delas resultantes (SAFFIOTI, p. 95, 2004).

têm o menor interesse em alterá-lo em direção à igualdade social entre as duas categorias de sexo.

No patriarcado há quatro instrumentos de dominação das mulheres, em primeiro lugar a interdição a participação política, por muito tempo as mulheres não podiam ter participação nos espaços de poder, de liderança, na política não podia ser candidatas a senadoras, deputada, presidente então era um sonho distante, as mulheres rurais também não podiam ser sindicalizadas, as índias não podiam ser caciques. “A política e os espaços de poder nas comunidades, nos partidos e nos movimentos foi, por muito tempo, um lugar reservado pelos homens para os homens e cujo acesso era controlado pelos homens” (SILVA; CAMURÇA, 2007, p. 07). Os espaços de poder das mulheres eram restritos, se limitando apenas no espaço doméstico e vale ressaltar, que o poder só era concebido quando o homem não estava presente em casa.

Como segundo instrumento de dominação está à organização e manutenção da divisão do trabalho, na sociedade atual temos por sistema econômico o capitalismo que se fortalece e ganha espaço através da exploração da mão de obra. De acordo com Silva e Camurça (2008, p.8):

Sabemos que homens e mulheres da classe trabalhadora são explorados, pois precisam trabalhar para outros como forma de garantir os meios para sua sobrevivência, trabalhar 'alugado' como usa-se dizer. Esta é uma forma de divisão do trabalho entre a classe de empregadores, proprietários dos meios de produção (terras, empresas), e a classe de não proprietários, pessoas que não possuem nada ou possuem muito pouco além de sua força e capacidade de trabalhar. A isso chamamos divisão social do trabalho.

No caso das mulheres em especial, porque a exploração ocorre tanto no campo do trabalho formal quanto no espaço doméstico, esse é o espaço exclusivo das mulheres, sendo elas responsáveis pelos cuidados da família e da casa.

De acordo Silva e Camurça (2008, p. 9) as feministas definem como um espaço de dominação e exploração pelas respectivas circunstâncias:

É um instrumento de dominação porque quando as mulheres fazem apenas o trabalho doméstico, para sua própria família, perdem autonomia econômica, tornam-se dependentes, portanto, devedoras e subordinadas àqueles que garantem as condições de sua sobrevivência, em geral, homens, sejam maridos, filhos, cunhados ou genros. É um instrumento de exploração porque quando as mulheres decidem conquistar autonomia econômica são submetidas à dupla jornada de trabalho [...], além disto, há o sexismo no mercado de trabalho: os patrões pagam menores salários às mulheres, colocam-nas nos postos mais precários e elas são a maioria nos trabalhos informais.

O terceiro instrumento é a exploração do corpo. As mulheres não tem controle sobre o próprio corpo. O

corpo da mulher é considerado como um lugar dos homens, para eles terem prazer e fazerem seus filhos, seus herdeiro, tem sido assim desde sociedades primitivas até a sociedade social.

Com o passar do tempo surgiram novas expropriações do corpo feminino, como por exemplo, a medicina estética e a medicina da reprodução (SILVA; CAMURÇA, 2008, p. 11), a primeira lucra manipulando o corpo das mulheres através das plásticas, silicones, próteses, produto de beleza e etc., a medicina reprodutora através das tecnologias de reprodução biológica como inseminação artificial, contraceptivos hormonais entre outros.

Ao mesmo tempo em que surgem essas novas expropriações do corpo feminino as mais antigas vão se agravando, um exemplo é a “a prostituição de mulheres hoje organizada numa rede internacional de tráfico e exploração, que explora mulheres moradoras de regiões empobrecidas. Cresce a exibição do corpo das mulheres como mecanismo para atrair lucros” (SILVA; CAMURÇA, 2008, p.11).

Sendo assim a expropriação do corpo das mulheres é executada através do controle de nossa sexualidade, negação do direito a auto-determinação reprodutiva, imposição da maternidade obrigatória, mercantilização da imagem das mulheres, pela exploração sexual. Em quarto e último lugar é uso da violência contra as mulheres, como já foi ressaltado o homem se considera dono da mulher, se achando no direito de dominá-la, é nesse sentido que eles acham que podem e devem bater maltratar, aterrorizar, estuprar e perseguir as mulheres. A violência contra a mulher não ocorre só entre marido e esposa, mas acontece entre irmão e irmã, pai e filha, ressaltando que o pai muitas das vezes é primeiro violentador na vida das meninas e mulheres. A violência pode ser executada de várias formas, psicologicamente, fisicamente, sexualmente, moralmente, de forma institucional, patrimonial e material.

A violência contra as mulheres é considerada por muitos como algo comum, vinculada a uma falta de caráter, no entanto o patriarcado conceitua a violência como parte estruturadora e mantenedora de todo sistema.

Concluímos que esse sistema de dominação/exploração se expressa de várias formas seja em submeter à mulher em objeto de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho como a expor as práticas de violência, o patriarcado é um sistema tão forte e perverso que mesmo no período de democracia formal do Estado, ainda permanece presente de diferentes formas (SAFFIOTI, 2004).

Educação e Emancipação Humana

Inicialmente para se falar em educação é de grande relevância elucidar a sua gênese e quais são os seus fundamentos, pois, “nos permitirá apreender a natureza mais íntima desta dimensão da atividade humana” (TONET, 2005, p. 135) e posteriormente entendermos como a educação pode nos propiciar a emancipação humana.

A educação é essencial em várias dimensões da vida humana, como afirma Tonet (2005, p. 142):

[...] podemos resumir a natureza essencial da atividade educativa: ela consiste em propiciar ao indivíduo a apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, etc. que se constituem em patrimônio acumulado e decantado ao longo da história da humanidade.

Para compreendermos tal questão partimos então do processo de organização da sociedade a partir do trabalho, já que é uma categoria central para entendimento de sociedade. Para Marx citado por Coutinho (1978, p. 16) “o homem se autocriou através do trabalho, apesar da sua história até hoje ter sido apenas a pré-história da humanidade”, isso, possibilitou ao homem desenvolver várias potencialidades, dentre elas a educação, que o permite possuir um conjunto de atividades em que o homem passa ser o educador do próprio homem, tornando assim nesse processo um ser social. De acordo com Rodrigues (2001, p. 235):

[...] podemos reconhecer que a ação educativa é um processo regular desenvolvido em todas as sociedades humanas, que tem por objetivos preparar os indivíduos em crescimento (crianças e adolescentes) para assumirem papéis sociais relacionados à vida coletiva, à reprodução das condições de existência (trabalho), ao comportamento justo na vida pública e ao uso adequado e responsável de conhecimentos e habilidades disponíveis no tempo e nos espaços onde a vida dos indivíduos se realiza.

A educação é de grande relevância na categoria do trabalho, pois este enquanto atividade social requer que os indivíduos possuam conhecimentos, habilidades, valores objetivos, entre outros. Ainda de acordo com Rodrigues (2001, p. 232):

O acesso a conhecimentos e habilidades constitui parte do processo de formação humana, mas não deve ser confundido com a totalidade do processo. Em seu aspecto proposicional [...] a Educação é o processo integral de formação humana, pois cada ser humano ao nascer, necessita receber uma nova condição para poder existir no mundo da cultura.

É nesse processo de apropriação que a educação exerce seu papel fundamental, pois quando o homem se apropria destes aspectos ele passa a fazer parte da sociedade como membro do gênero humano e não apenas como mais um integrante da espécie agindo por instinto. Diferentemente dos animais que realizam suas atividades através dos instintos para dar continuidade a sua existência e a da sua espécie, o homem precisa receber instruções e aprendizagens através de uma educação coletiva. O homem pertence ao gênero humano não “por herança genética, mas por um processo histórico-social”. (TONET, 2005, p. 136).

Vale ressaltar que o processo de apropriação de conhecimento e habilidades, não se limita apenas de apropriar-se do que está pronto e acabado, pode ocorrer

adaptação, reformulação, adequação e renovação vai depender de cada especificidade do próprio indivíduo. De acordo com Leontiev citado por Tonet (2005, p.136):

As aquisições do desenvolvimento histórico das aptidões humanas não são simplesmente dadas aos homens como fenômeno objetivo da cultura material espiritual que os que os encarnam, mas são aí apenas postas. Para se apropriar destes resultados, para fazer deles suas aptidões, 'os órgãos de individualidade', a criança o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através doutros homens, isto é, num processo de comunicação com eles. Assim, a criança aprende a atividade adequada. Pela sua função, este processo é, portanto, um processo de educação.

Nesse sentido, podemos perceber que o processo educacional contribui nessa produção e transição de habilidades que a humanidade produz, mas que não é passada geneticamente entre os indivíduos, mas através de uma construção “histórica e coletiva pelo conjunto de homens”. (SAVIANI, 1991, p.21)

O homem enquanto ser social tem a necessidade de se educar coletivamente para poder sair do instinto, então o homem se educava através do trabalho nas comunidades primitivas, vai haver uma separação da educação com a sociedade a partir do momento que a educação se transforma em uma instituição, na qual esta instituição vai passar a ser regida por regras, normas, comportamentos e pela construção de apropriação de uma classe.

De acordo com Tonet (2005) foi a partir da complexificação do ser social e a divisão em classes que surgiram à separação de um setor do conjunto da sociedade. O autor ainda afirma que:

[...] este se ocuparia sobre a organização de apropriação do patrimônio comum por parte dos indivíduos de modo a não permitir que o controle escapasse das mãos das classes dominantes. Isto implica a realização de uma triagem, que determina quem tem acesso à educação, em que condições (materiais e espirituais), quais os conteúdos, métodos, e etc. Assim se foi constituindo um campo particular da educação.

Vale ressaltar que, apesar da educação está inteiramente ligada com a categoria trabalho, as duas não se confundem, pois como afirma Tonet (2005, p. 139) “o trabalho é um ato de transformação da natureza”, em que o indivíduo vai ter suas ações voltadas em uma matéria-prima, oposto a ação educativa que atua sobre um indivíduo que possui consciência e liberdade (TONET, 2005, p. 139) portanto o trabalho está ligado entre o homem e a natureza e a educação entre indivíduo e sociedade. Para tanto, mesmo a educação não sendo trabalho ainda sim é consideravelmente importante às ações educativas no processo de reprodução do ser social e na transformação da sociedade.

No entanto, até o advento do capital às pessoas que tinham espaço de participação a educação formal era a classe dominante. Obviamente as pessoas que dominavam

a sociedade precisavam de qualificações já, a classe trabalhadora aprender apenas no e pelo trabalho já era o suficiente.

Então, com o surgimento do sistema capitalista, a produção econômica ganhou um eixo de todo processo social, levou a educação a ocupar um espaço relevante. Isso se deu porque, porque o trabalho tornou-se mais complexo requerendo da classe trabalhadora mais habilidade e conhecimentos que não se obtêm apenas no campo do trabalho como em épocas antecessoras.

O processo de apropriação anteriormente citado dos indivíduos com o patrimônio social é atravessado pelos antagonismos sociais, de acordo com Tonet (2005, p. 142):

O patrimônio, do qual falamos, não é dado, de modo algum, um todo homogêneo e acabado e muito menos neutro. Ele é um vasto e complexo campo, sempre em processo, do qual, a cada momento e a partir de determinados fundamentos, valores e objetivos, são selecionados, via políticas educacionais, currículos, programas e outras atividades, certos elementos julgados mais importantes. Por outro lado, e também em base em determinados fundamentos, valores e objetivos, serão estruturados métodos para a realização desta tarefa e também destinados recursos materiais. É aqui onde se faz sentir o peso das questões político-ideológicas.

Por conseguinte, o que predomina numa sociedade de classes, são os interesses das classes dominantes que vai refletir também na estruturação da educação, como afirma Mészáros (2008, p.35):

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu no seu todo- ao propósito- de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas.

Obviamente serão colocados todos os obstáculos que impossibilitem a ruptura com a referente classe. É nesse sentido que a educação formal ou informal sempre terá um caráter conservador (TONET, 2005, p.142).

Nesse sentido torna-se complexo pensar em uma proposta de educação emancipadora, pois, a educação é um espaço conservador e de luta que, ao mesmo tempo em que supera a alienação também é alienante, por capacitar o indivíduo para se apropriar do patrimônio social, mas sem por em risco os interesses da classe dominante.

No entanto essa contradição e obstáculos não quer dizer que a sociedade não possa se emancipar, vários autores, entre eles o Tonet (2005, p.145) entende como um dos primeiros requisitos para tornar a educação com caráter emancipador obter o conhecimento, não de forma

vaga ou resumida, mas, sim, o mais intenso possível sobre o que almeja a emancipação humana.

Esse conhecimento citado anteriormente deve ser um conhecimento da realidade concreta e dos problemas metodológicos já que o “processo educativo se desenvolve em um mundo historicamente determinado e em situações concretas” (TONET, 2005, p. 149), sendo assim, o educador, ao executar ações educativas deve estar almejando como fim, alcançar a emancipação humana, pois os educadores são profissionais que estruturam programas, escolhe materiais, determina o método, seleciona conteúdos, entre outros. Vale ressaltar que o domínio sólido a respeito do fim, por si só, não pode garantir uma atividade educativa emancipadora. “Mas a ausência dele muito contribui para o desnorreamento desta atividade”. (TONET, 2005, p.148)

Contudo Tonet (2005, p. 148-151) aponta cinco requisitos de grande relevância na execução de práticas educativas emancipadoras, tais como:

[...] domínio amplo e aprofundado a respeito do fim que se quer atingir [...] apropriação do conhecimento a respeito do processo histórico real, em suas dimensões universais e particulares, pois o processo educativo se desenvolve em um mundo historicamente determinado e em situações concretas [...] conhecimento da natureza essencial do campo específico da educação [...] domínio dos conteúdos específicos, próprios de cada área do saber[...]articulação da atividade educativa com as lutas desenvolvidas pelas classes subalternas, especialmente com as lutas daqueles que ocupam posições decisivas na estrutura produtiva.

Este último requisito da articulação da educação com o trabalho é de grande relevância na emancipação humana, pois do ponto de vista ontológico, este papel cabe ao trabalho (TONET, 2005 p. 151). A classe trabalhadora é considerada como o carro-chefe da revolução social, no entanto esta fragmentada, um tanto indefinida, logo está sem forças para superar a lógica do capital, isso torna maiores os desafios para se alcançar uma sociedade emancipada.

É complexa a articulação entre educação e classe trabalhadora, porém é necessário, pois a realização das atividades educacionais “são externas ao campo da própria educação e só podem ser conquistadas por uma luta mais ampla” (TONET, p.151).

O autor também afirma que a atividade educativa vista como uma das possibilidades emancipatórias, exerce melhor função se exercer seu papel específico, como já foi citado anteriormente à educação contribui ao indivíduo uma constituição como um ser pertencente ao gênero humano que contribuirá para a reprodução do homem.

Partindo do conceito de Mészáros (2008, p.48) embasado na teoria de Paracelso sobre o conceito mais amplo da educação [...] “muita coisa é decidida, para o bem e para o mal [...] o êxito depende de se tornar consciente esse processo de aprendizagem, no sentido amplo e “paracelsiano” do termo, de forma a maximizar o melhor e minimizar o pior”.

Esse conceito mais amplo de educação nos faz perceber que se o indivíduo é capaz de se apropriar de conhecimentos que façam dele um ser do gênero humano ele também pode fazer escolhas que visem uma mudança de concepção de mundo diferente, através de instrumentos que desmistifiquem a lógica do capital. Mészáros (2008, p. 53) acredita que [...] “uma mudança radical no modo de internalização agora opressivo que sustenta a concepção dominante do mundo, o domínio do capital pode ser e será quebrado”.

Educação e Gênero

Tendo em vista a relevância que a educação possui por possibilitar ao homem uma auto-organização, auto-construção, tornando-o um ser social, o movimento feminista faz uso do trabalho educativo em suas ações não só a educação formal mas também a informal, de acordo com Silva (2010, p. 6):

No âmbito dos movimentos sociais estas experiências educacionais são nomeadas como formação, e alguns movimentos constituem internamente políticas de formação [...] As políticas de formação reúnem um conjunto de elaborações destes movimentos sobre concepções pedagógica, objetivos e temas prioritários, estrutura interna necessária ao desenvolvimento das ações, entre outras.

A educação feminista é vista através de duas perspectivas, de acordo com Silva (2010, p. 11):

Perspectiva de acumulação de conhecimentos teóricos sobre a situação das mulheres ou sobre a questão de gênero, que lhes permitam interpretar a realidade e/ou avaliar políticas públicas. Outras se voltam especialmente para a formação centrada na pessoa, ou seja, uma formação que propicie, a cada mulher em particular, sua autoconstrução como sujeito autônomo e, desta forma, favoreça o seu engajamento em quaisquer processos de mudança.

O movimento feminista é considerado por vários autores como um dos movimentos de grande relevância nas mudanças da sociedade, pois é visto “como pensamento crítico e como ação política” (SILVA, 2010, p. 11), por isso a importância da formação de mulheres porque são capazes de transformar conhecimentos e lutar por mudanças que favoreçam tanto os direitos feministas como a sociedade em geral.

A perspectiva pedagógica do movimento feminista são práticas vinculadas às ideias d educador Paulo Freire, ambas apontam necessidades de transformações estruturais não só no campo econômico como também no cultural, “esta pedagogia ficou conhecida como Educação Popular” (SILVA, 2010, p. 16).

A Educação Popular esta voltada para a cidadania, com o objetivo de romper com as desigualdades de gênero, esta se materializa através de

processos pedagógicos tais como cursos, oficinas, debates, seminários, expressões artísticas, entre outros.

Como vimos anteriormente às ações educativas podem e são executadas de maneira formal e informal ambas de grande relevância, adiante será abordado sobre a educação formal de maneira institucionalizada, tem em destaque a pouca presença de ações educativas em gênero nesta referente instituição.

Em primeira análise, é importante destacar que a história da educação no Brasil, assim como em outros países, coincide com a história da discriminação de gênero. A formação da sociedade de uma forma geral é marcada pelo sistema patriarcal, pelo autoritarismo e por uma relevante influência da igreja católica, episódio que vai rebater diretamente na educação formal do país, e também na exclusão da mulher no espaço educativo. De acordo com Beltrão e Alves (2004, p.3-4):

A economia colonial brasileira fundada na grande propriedade rural e na mão-de-obra escrava deu pouca atenção ao ensino formal para os homens e nenhuma para as mulheres. O isolamento, a estratificação social e a relação familiar favoreçam uma estrutura de poder fundada na autoridade sem limites dos homens donos da terra. Segundo Ribeiro (2000), a tradição cultura ibérica, transposta de Portugal para a colônia brasileira, considerava a mulher um ser inferior, que não tinha a necessidade de aprender a ler e escrever. A educação monopolizada pela Igreja Católica reforçava o espírito medieval. A obra educativa da Companhia de Jesus contribuiu significativamente para o fortalecimento da predominância masculina, sendo que os padres jesuítas tinham apego às formas dogmáticas de pensamento e pregavam a autoridade.

A partir do século XX, após a Revolução de 1930, surgem as primeiras medidas educacionais voltadas para a educação de massa, mas a participação das mulheres no âmbito escolar só se faz permanente através da Lei de Diretrizes de Base-LDB em 1961, que vem garantir o acesso igualitário ao ensino superior das mulheres. De acordo com Beltrão e Alves (2009, p. 130):

É importante destacar que somente em 1961, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB – , foi garantida equivalência de todos os cursos de grau médio, abrindo a possibilidade para as mulheres que faziam magistério de disputar os vestibulares. Portanto, foi a partir dos anos 1960 que as mulheres brasileiras tiveram maiores chances de ingressar na universidade, e foi nos anos 1970 que começou a reversão do hiato de gênero no ensino superior.

A Constituição Federal de 1988, também contribuiu com o movimento de mulheres assim como todos os movimentos sociais, garantindo direito a educação a todos independente da classe, raça/etnia, crença ou sexo, rompendo também com a discriminação entre homens e mulheres, quando afirma o direito de todos à cidadania.

Outro documento relevante no âmbito educacional são Parâmetros Curriculares Educacionais-PCN, que são referências de qualidade para educação no Ensino Médio e Fundamental de todo país.

De acordo com o Ministério da Educação e do Desporto o PCN tem a função:

Orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual diferente dos documentos anteriores este faz referência direta ao gênero, quando trata de temas transversais como éticas, pluralidade cultural, meio ambiente, sexualidade e saúde. (BRASIL, 1997, p. 13)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais reconhece que as práticas das ações educativas são complexas, mas também acredita que é de grande relevância a atuação das professoras que compartilham “seu esforço diário de fazer com que as crianças dominem os conhecimentos de que necessitam para crescerem como cidadãos na construção da cidadania”. (BRASIL, 1997)

O PCN ganha destaque porque aborda a questão de gênero no que se refere à sexualidade, pois no vol. 8 aborda o tratamento que deve ser dado a Orientação Sexual, mostrando que ele deve focar as três dimensões sociológica, psicológica e fisiológica da sexualidade; através “de três eixos fundamentais para nortear a intervenção do professor: Corpo Humano, Relações de Gênero e Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS” (Brasil, 1997, v.8, p.28).

Nesse sentido podemos perceber que a LDB junto com a Constituição Federal de 1988 e os PCN representam grandes avanços no que diz respeito aos direitos das mulheres no âmbito, ressaltando que o PCN ganha maior destaque pela tentativa de incorporar à temática gênero nos conteúdos curriculares.

No entanto, a discussão de gênero, no âmbito educacional pouco avançou para além da garantia de acesso igualitário de meninos e meninas na escola, as ações educativas em gênero ainda estão precarizadas no âmbito escolar.

Sabemos que na efetivação da construção da igualdade é necessária a contribuição de algumas instituições que fazem parte da formação dos indivíduos, dentre estas se destaca as escolas por ser um espaço sócio-cultural. A educação entre meninos e meninas é um elemento basilar da cidadania e da construção da democracia entre os gêneros, partindo do conceito Carvalho (1999, p. 9):

[...] trabalhar na área da educação possibilita reconstruir a cultura, os valores, os símbolos das novas gerações, transmitindo ou recriando, reproduzindo ou transformando as hierarquias, as diferentes importâncias atribuídas socialmente àquilo que é associado ao feminino e a masculino.

Trabalhar nas escolas de forma permanente a temática da categoria gênero é uma das principais formas de desagregação e compreensão das diversas formas das relações sociais e de suas interações no interior de cada tempo histórico. Para compreender a atuação dos profissionais da educação nas relações de gênero é necessário analisar como esses profissionais estão sendo capacitados, ou seja, se a universidade também está contribuindo para a formação de gênero no interior de cada profissional que vai refletir no seu campo de atuação, nos alunos e por fim na sociedade.

No campo universitário ocorrem pesquisas sobre teorias e metodologias que abrangem uma diversidade cultural, ou seja, da multiculturalidade, entretanto quando os estudos são voltados às relações de gênero ocorre uma deficiência muito grande nesse espaço.

É de grande relevância que os educadores acessem teorias que desconstruam atos de divisão entre gênero, bem como a forma como os próprios profissionais da educação são genericamente chamados de professores excluindo a mulher enquanto educadora como se existissem somente professores do sexo masculino, sendo que as mulheres são as maiores atuantes nesse espaço profissional da educação. Principalmente na educação infantil, quando comparada na universidade, por exemplo, percebemos que as pessoas chamam professor e professora, mas na educação infantil as pessoas chamam os homens de professor e a mulher de tia. A relação da palavra tia está interligada com o cuidado, ou seja, é uma ligação entre mulher e cuidado, é como se ela não tivesse exercendo a profissão de professora e sim a extensão do ser mulher.

É considerável que houve um aumento de educadores e educadoras atentos a essas questões de gênero, porém, grande parte ainda prefere abordar a escola somente do ponto de vista sócio-econômico. Mesmo quando se trata de outras relações, as relações de gênero na maioria das vezes ficam omitidas, por isso é de grande relevância que a escolas tenham uma educação em gênero, em raça e etnia, como esta preconizado na Política Nacional de Atenção as Mulheres apontam que as escolas devem ter um trabalho educativo.

Outro ponto negativo que ocorre nas escolas é a predominância dos termos masculinos mesmo que a maioria dos cargos sejam ocupados por mulheres os termos professores, diretores e alunos são usados para ambos os sexos. De acordo com Louro (1994, p.41):

Usualmente, escreve-se no masculino, ou seja, a grande maioria das pesquisas em educação (como em outras áreas) refere-se aos alunos, os operários, aos professores, aos adultos, etc., ou utiliza termos genéricos, com a classe trabalhadora, a elite brasileira, a burguesia, o professorado, o movimento sindical.

A autora Tina Amado (2004) aponta que essas colocações do masculino na literatura é uma tentativa de valorização da profissão, já que o masculino ocupa a posição hierárquica superior na nossa cultura.

Nesse sentido, podemos perceber quanto às educadoras estão conscientes das desigualdades de gênero porque fazem uso do masculino genérico para se

autopromoverem, valorizarem a profissão e obviamente elevarem o *status* profissional. Isso apenas nos revela também quanto os profissionais estão desabilitados para tratar a desigualdade de gênero nas escolas.

Muitas das vezes parte da sociedade não se incomoda com esses termos ou criticam aquelas que se posiciona contra essas terminologias, na realidade falta um conhecimento teórico na sociedade para entender que a linguagem é uma forma simbólica de representar nossas construções sociais, sem uso da escrita ou da fala a sociedade não pode se comunicar muito menos se entender, se algo não é nomeado logo ele passa a ser excluído ou inexistente.

A divisão sexual nas escolas resulta em muro de separação entre os gêneros e não é preciso fazer uma análise aprofundada pra perceber esse elemento, basta apenas observar pequenos atos dos professores, como por exemplo, dividir as filas entre meninas e meninos. Na vida cotidiana os adultos não pegam filas separadas; isso acontece na escola para separar claramente a questão de gênero no subconsciente das crianças, outro exemplo bem presente é dar a bola para meninos e corda para meninas episódio bastante presente nas atividades de educação física. É de grande relevância abordar os momentos de brincadeiras e jogos das crianças, pois existe uma relação entre brinquedos e cultura, conforme Brougère (2001, p.8) “O brinquedo é dotado de forte fator cultural, se definirmos a cultura como o conjunto de significações produzidas pelo homem. Percebemos como ele é rico de significados que permitem compreender determinada sociedade e cultura”.

Nesse sentido, até mesmo nas atividades de brincadeiras considerados como espaços inocentes e de diversão às crianças tendem a incorporar e reproduzirem o androcêntrismo do feminino.

Nas literaturas usadas nas escolas são presente vários temas como economia, meio-ambiente, homem, tecnologia, ética entre outros exceto relações de gênero. Esse elemento fortalece ainda mais a invisibilidade da mulher na sociedade, mesmo que sejam as mulheres que orientem, ensinem, administrem, direcionem a escola ou qualquer outra instituição que contribua na democracia essas falhas se fazem presentes e são reproduzidas de forma naturalizadas. De acordo com Rosenberg (2001):

[...] os livros didáticos, no período (até 1989), tendiam a criar e recriar uma imagem estereotipada de homens e mulheres em acordo com uma visão tradicional dos gêneros, reservando aos homens a esfera pública em todas as suas conotações (trabalho, lazer, espaço externo, atividade, riqueza e poder) e às mulheres a esfera privada (reprodução, espaço interno, passividade). Alguns estudos evidenciaram, também, que estes estereótipos tendiam a ser mais intensos ao caracterizarem personagens de outros segmentos raciais.

É nesse sentido que a nossa educação é considerada conservadora/reprodutora das relações de gênero, dificultando o alcance de padrões democráticos, de um modo geral os sistemas educacionais, são marcados

por uma ideologia dominante que favorece valores econômicos, sociais e culturais deles decorrentes.

Fazendo uma análise das políticas educacionais de gênero é importante destacar as reformas educacionais que ocorreram na década de 1990, reformas essas de cunho neoliberal² executadas no governo Fernando Henrique Cardoso que tinha por lógica reformular sem aumentar despesas, adequando o sistema educacional as necessidades econômicas. Portanto esse período histórico redefine as políticas educacionais que tinha por base a qualidade, ligada à gestão democrática já que a década anterior foi marcada por várias conquistas de direitos sociais através da Constituição Federal de 1988.

As reformas educacionais tanto no Brasil, como em outros países latino-americanos, incidiram sobre várias dimensões do sistema, de acordo com Campos; Davis e Espósito citado por Rosenberg (2001):

[...] elas incidiram sobre várias dimensões do sistema: legislação, financiamento, organização das redes, currículo, material didático, formas de participação da comunidade, maior autonomia das unidades escolares, treinamento de professores, informatização, introdução de sistemas de avaliação, e assim por diante.

Nessa perspectiva tais dimensões possuíam capacidade de oferecer um importante suporte para, ensaios, perguntas e propostas se olhadas através de um enfoque de gênero, mas não foi o que ocorreu.

Em décadas anteriores não se pensava em uma educação que tratasse propriamente da desigualdade de gênero, atualmente apesar de haver falhas, tem se abordado a desigualdade presente em tais relações, mas ainda é necessário uma nova postura profissional, numa nova visão das relações presente no cotidiano escolar, na carreira docente, e no reconhecimento da diversidade étnico-cultural.

Desta forma conclui-se que é preciso romper com essa invisibilidade presente nas escolas referente à discriminação feminina, racial e sexual junto com uma compreensão por parte dos educadores que para contribuir com a cidadania é necessário ensinar que a desigualdade pode ser desconstruída.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE SEUS DETERMINANTES E POSSÍVEIS REBATIMENTOS

Nas últimas décadas, o movimento feminista conquistou uma relevante ampliação de direitos para as mulheres. As ações do movimento de mulheres brasileiras foram fundamentadas para desconstruir as desigualdades históricas entre os gêneros, sabemos que ainda tem muito no que avançar, mas não poderíamos deixar de apresentar o que já foi alcançado e a relevante contribuição de tal

² De acordo com Anderson (1995) “O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar”.

movimento. As lutas de mulheres no Brasil são uma constante em nossa história – inclusive com apelo a luta armada – entretanto, enquanto movimento organizado teremos a intervenção das feministas nos fins do século XIX e início do século XX tematizando principalmente a questão do acesso a educação e ao voto, que se convencionou chamar de feminismo liberal. Tal movimento teve seu reascenço nos fins da década de 1960 com a luta contra a ditadura militar e pela redemocratização da sociedade brasileira tendo como foco de intervenção os direitos sociais, justiça econômica e democratização.

Nesse sentido, a história do movimento feminista pode ser compreendida através de momentos marcantes. Em primeira instância o movimento reivindicava os direitos democráticos, dentre eles o direito ao voto, educação e trabalho. De acordo com Melo e Bandeira (2010, p.10) somente os homens obtiveram direito ao voto:

No desenrolar do século XIX as lutas libertárias pela conquista da cidadania ganharam vulto no mundo ocidental, a Inglaterra e a França foram sacudidas pelo movimento pelo direito a cidadania e o sufrágio universal. Estas lutas ganharam força com o movimento ludista (1811-1812) e depois com o movimento cartista que sacudiu a Inglaterra de 1837 a 1848 e chegou à França no final desta década, mas esta luta acabou na ascensão de Luiz Napoleão Bonaparte ao poder e como resultado da explosão desta revolta, só os homens obtiveram o direito de voto neste primeiro momento.

A luta pela igualdade despertou revolta nas mulheres dos Estados Unidos e também na Europa e a sede de luta pela conquista dos direitos se espalhou mundialmente. Referente ao Brasil a inquietação tomou conta das brasileiras no fim do século XVIII e início do século XIX, as brasileiras começaram a se organizar e foi conquistando na área da educação e do trabalho. Algumas mulheres marcaram essa época como, por exemplo, Nísia Floresta (1810-85), nascida no sítio Floresta no povoado de Papari na Província do Rio Grande do Norte, republicana, abolicionista e feminista, autora do livro “Direitos das Mulheres e injustiça dos Homens” em 1835, o livro é baseado na obra da inglesa Mary Wolstonecraft autora do livro. O conteúdo da obra trata da defesa dos direitos das mulheres a educação similar ao dos homens, tendo em vista que a educação transforma o potencial humano e possibilita a autonomia econômica e política, de acordo com Tonet (2006, p. 6):

A ação educativa [...] que tem por objetivos preparar os indivíduos em crescimento (crianças e adolescentes) para assumirem papéis sociais relacionados à vida coletiva, à reprodução das condições de existência (trabalho), ao comportamento justo na vida pública e ao uso adequado e responsável de conhecimentos e habilidades disponíveis no tempo e nos espaços onde a vida dos indivíduos se realiza.

No final da primeira década de 80 começa os primeiros passos da luta pelo direito ao voto no cenário

brasileiro, à questão do direito feminino já se fazia presente nas discussões da Assembleia Constituinte de 1891 (Melo; Bandeira 2010, p. 12). Para tanto, no final do século XIX, com acesso a educação teve um aumento da participação feminina pelo direito ao voto, tanto nos movimentos constitucionistas como movimentos sociais. Entretanto, a mobilização feminina pelo voto passou por um retrocesso, pois a primeira Constituição Republicana promulgada em 1891 no art. 70 declarou que seriam considerados “eleitores todos os cidadãos maiores de 21 anos que se alistaram na forma da lei”, logo fica claro que as mulheres não foram eliminadas do direito de votar.

No decorrer dos anos e das lutas feministas tiveram vários acontecimentos marcantes, como a fundação de um Partido Republicano Feminino em 1910, já em 1920 Julita Monteiro Soares fundou Partido Liberal Feminino, o qual apoiou o combate das mulheres operárias.

Outro ponto relevante foi a presença, bastante influente da bióloga Bertha Lutz no cenário político, ela estava de regresso da Europa influenciada pelos movimentos sufragistas na Inglaterra e nos Estados Unidos, ela publicou um artigo “Somos filhas de tais Mulheres” logo após do fim da I Guerra Mundial, vale ressaltar que o artigo teve grande repercussão na sociedade, pois a autora defendia o direito da participação das mulheres nas eleições e isto fez com que despertasse a luta pelo sufrágio no Brasil e assim “ela ganhou espaço e realizou durante uma década negociações com políticos e instituições, que iriam apoiar a luta do direito ao voto” (MELO; BANDEIRA, 2010, p. 16).

Após muitas tentativas de obter o direito ao voto as mulheres alcançaram essa conquista no governo de Getúlio Vargas através do decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1933, instituindo o Código Eleitoral Brasileiro onde tece no 2º art. que “era eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma do código”. O direito ao voto abriu outros campos para atuação das mulheres como, por exemplo, o campo político, em 1934 realizou-se eleições por todo país, e algumas mulheres se elegeram e obtiveram sucesso, mas ainda foi uma atuação bem tímida. De acordo com Melo e Bandeira (2010, p.21),

Os anos compreendidos entre 1932 a 1964 as mulheres participaram da vida política nacional de forma enviesada, no espaço político teve-se duas deputadas federais, algumas deputadas estaduais e poucas prefeitas. Nas eleições gerais de 1945 nenhuma mulher foi eleita para a Assembléia Constituinte de 1946 e ironicamente a redemocratização, a efervescência pela derrota do nazifascismo, não ampliou a participação feminina no cenário político partidário.

Houve um período de cerceamento político dos movimentos sociais que durou dos anos 1937 a 1945, devido ao Estado novo, no entanto as mulheres ainda tiveram um papel de redemocratização do país nesse período de tempo. “Em 1949, foi fundada a Federação de Mulheres do Brasil com Alice Tibiriçá na presidência, vale ressaltar que sua atuação de liderança feminista foi de grande relevância desde os anos 1930” (MELO;

BANDEIRA, 2010, p.24). Outros avanços ocorreram nessa mesma época, como “o ingresso das mulheres da alfabetização a educação superior” (MELO; BANDEIRA 2010, p.24).

Os anos de 1970 foi um período que marcou o movimento feminista, período este denominado com nova onda feminista, as mulheres ganharam as ruas articuladas a outros movimentos sociais que se levantam contra a ditadura militar, protestando contra a supremacia masculina, a violência sexual e o direito ao prazer.

A partir da segunda metade dos anos 1970, a violência contra as mulheres também ganhou espaço nas agendas feministas, em decorrer dos assassinatos que ocorreram nessa época por “esposos e companheiros como de Ângela Diniz no (RJ), Maria Regina Rocha, Eloísa Balestros (MG) e Eliane de Gramont (SP)”. (MELO; BANDEIRA 2010, p. 26)

Em outubro de 1980, surge em São Paulo o primeiro grupo de combate à violência contra a mulher, o SOS Mulher que para Melo e Bandeira (2010, p. 26) serviu de estímulo para as feministas demandarem uma ação do Estado futuramente se traduziria na criação de delegacias especiais de atendimento à mulher.

Como resposta dessa mobilização ocorreu à criação das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAM), tendo, em 1985 foi inaugurada em São Paulo a primeira DEAM nesse mesmo ano foi intitulado foi instituído o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher-CNDM e teve como sua primeira presidenta a deputada estadual Ruth Escobar, tendo como pauta representar os interesses do movimento de mulheres e combater a violência contra a mulher. De acordo com Melo e Bandeira (2010, p. 27, grifo do autor) o Conselho tinha a seguinte pauta:

O CNDM pautou-se pelo compromisso de servir como canal de representação dos interesses do movimento de mulheres. Em novembro de 1985, sob a presidência de Jaqueline Pitanguy, (1945), o Conselho lançou a Campanha Mulher e Constituinte com a convocatória Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher. Esta consigna ganhou o Brasil e a forte mobilização feminina permitiu que cerca de 80% das demandas das mulheres fosse contemplada na Constituição de 1988. Nesse sentido, a atuação do CNDM foi fundamental para a consolidação de mudanças na legislação afeita às mulheres.

Chegando ao fim da década de 1980, obteve se um saldo positivo do processo social, político e cultural, “deu-se uma significativa alteração da mulher na Constituição Federal de 1988, que extinguiu a tutela masculina na sociedade conjugal” (SARTI, 2004, p. 42).

Os temas mulheres e feminismo também se inseriram no campo acadêmico (SARTI, 2004, p. 42), em 1992 as acadêmicas feministas criaram uma Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), é uma rede de pesquisa construída por núcleos universitários das regiões no Norte e Nordeste (MELO; BANDEIRA, 2010, p. 33). No início dos anos 90 foram criados dois importantes periódicos

feministas, a *Revista de Estudos Feministas* e os *Cadernos Pagu*, visando contribuir com a produção acadêmico-científica, as práticas de pesquisa e a discussão de teoria.

Em 2002 realizou-se a eleição do Presidente Lula, que contribui na retomada do projeto de democratização, sendo criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres outro marco importante foi à promulgação de duas políticas públicas que trouxe relevantes impactos nas relações de gênero a Lei Maria da Penha, com objetivo de combater a violência doméstica e o Programa Bolsa Família, que é um sistema de transferência de renda direta que beneficia mais de 10 milhões de família em situação de pobreza e de extrema pobreza, no qual a responsável em administrar a renda é a mulher.

Como podemos observar o movimento feminista enfrentou grandes lutas em nome dos direitos das mulheres e juntas alcançaram um vasto campo de direitos, como já citado anteriormente direito ao voto, a participação política, a educação, a políticas públicas direcionadas especialmente para mulheres, combate a violência contra a mulher entre outros.

Conceito, tipologia, ciclo da violência

A violência contra as mulheres e meninas tem aumentado de forma alarmante na contemporaneidade, vale ressaltar que essa problemática “atravessa todas as classes sociais sendo legitimada também por todas as grandes religiões” (SAFIOTTI, 1987, p. 21), sendo que, atinge de forma mais significativa às mulheres pobres.

Ao se abordar o conceito de violência contra a mulher, é consensual citar ações que causem morte, sofrimento físico, psicológico e sexual entre outros, no entanto, há um conjunto de expressões utilizadas por pesquisadores e pelo movimento feminista para discutir esse tipo de violação dentre eles: violência de gênero, violência conjugal, violência doméstica, violência intra-familiar, violência contra a mulher.

O referente conceito violência de gênero surge através das feministas acadêmicas entre as décadas de 1970 e 1980, quando elas utilizam o conceito de gênero para desnaturalizar a opressão feminina, segundo Cisne (2012, p. 77) “seu objetivo advém da necessidade de desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres”, sendo assim, o conceito de violência de gênero é a categoria mais geral (SAFFIOTI, 2004, p. 69), porque abrange vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos.

Nesse sentido, este não é um conceito que engloba todos os outros, pois cada um possui características diferentes. Utilizar esse conceito gênero deixa aberto a possibilidade do vetor dominação-exploração não incluindo o significado de patriarcado, como fica explícito nos demais conceitos. Enquanto discussão conceitual é de grande relevância não se limitar apenas a categoria gênero em virtude de não destacar a mulher como principal vítima da violência praticada pelos homens.

Outra terminologia é a denominada violência conjugal é quando ocorre nas relações entre marido e mulher, entre cônjuges, ex-conviventes, noivos, namorados e outras relações afetivas podendo se manifestar tanto no espaço doméstico como fora dele.

A violência doméstica é considerada umas das “piores formas de violação dos direitos humanos de mulheres e meninas, uma vez que extirpa os seus direitos de desfrutar das liberdades fundamentais, afetando a sua dignidade e auto-estima” (FERNANDES;PEREIRA 2001,p. 4). Este tipo de violência se expressa através do desejo de uma pessoa controlar e dominar a outra, ocorre nos domicílios, nas relações entre pessoas da família, pais/mães e filhos, homens e mulheres, jovens e pessoas idosas. De acordo com Saffioti (2004, p. 72) “a violência doméstica, tem lugar predominantemente, no interior do domicílio”.

A violência intra-familiar diferente da violência de gênero excede os limites do domicílio, um exemplo dessa violência é quando um avô, residente em outro domicílio das suas netas (os), comete violência em nome da família contra estes parentes.

O Ministério da Saúde conceitua a violência intrafamiliar da seguinte maneira:

É toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra (BRASIL, 2002, p. 08).

Vale ressaltar que a violência intrafamiliar inclui outros membros, que não sejam parentes, como por exemplos àqueles que convivem no mesmo espaço doméstico, tais como as empregadas (os) domésticas (os), ou pessoas que convivem esporadicamente, agregados.

O conceito de violência contra a mulher é mais abrangente, pois, nesse tipo de violação não atinge apenas os parentes ou as pessoas próximas da vítima, ou aqueles que moram no mesmo domicílio ou mantêm relações afetivas, compreende também por qualquer desconhecido sem nenhuma relação estabelecida com a vítima (SAFFIOTI, 2002).

Podemos utilizar também o conceito estabelecido na convenção de Belém do Pará (1994, art. 1º) quando afirma que “violência contra a mulher é qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”.

A Lei Maria da Penha também define a violência doméstica e familiar contra às mulheres da seguinte maneira:

[...] qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica [...] II - no âmbito da família [...] III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor

conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (Brasil, 2006).

A Convenção Interamericana para, Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher(1994):

Entende que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica, nas seguintes situações ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

Reconhecer tal terminologia da violência contra a mulher torna-se indispensável traçar estratégias políticas e culturais capazes de possibilitar um empoderamento das mulheres que as permitam transformar essas relações descomedidas; também é necessário pensar no fortalecimento da rede de apoio com delegacias especializadas, casas abrigos, albergues entre outros. Vale ressaltar que a violência do homem contra a mulher é um ato construído culturalmente, “os homens não nascem violentos, eles se tornam violentos por uma construção sócio cultura, assim como o papel da mulher também é aprendido pela sua inserção na cultura” (FERNANDES;PEREIRA 2001, p.9).

É normal ouvir pessoas falando que a mulher aguenta a violência porque gosta ou porque quer, mas não é tão simples assim romper com o ciclo em que a violência é infligida,principalmente porque as vítimas nem sempre são atacadas constantemente, as agressões são executadas em ciclo repetitivo, “composto por três fases: a criação da tensão, o ato violento e a fase amorosa, tranquila” (FERNANDES; PEREIRA 2001, p. 12).

A primeira fase denominada como fase da tensão: as agressões são verbais, crises de ciúmes, críticas com bastante frequência, humilhação psicológicas e alguns incidentes físicos tudo isso vai gerando, esse conjunto de fatores vai tornando a relação insuportável o que os leva para a fase dois que é ato de violência materializada na agressão física contra a mulher, essa fase dura geralmente de duas a quarenta e oito horas. Os danos nessa fase são bem mais complexos comparando com a primeira fase.

A terceira fase é fase amorosa, digamos a “lua de mel”, o agressor demonstra arrependimento e começa agir de forma amorosa como forma de compensação pelos atos violentos anteriormente, geralmente o homem presentearia a mulher, faz promessas de não agredi-la novamente, acontece dos homens procurarem um psicólogo para demonstrar que realmente mudou, ou simplesmente o homem nem fica amoroso apenas não comete a violência. O agressor tenta convencer a vítima e a família da mesma que não vai mais perder o controle, o homem se mostra carente que não consegue viver sem a mulher logo ela se

sente responsável pelo homem aí ela vai fraquejando da tentativa de sair dessa situação. E é assim que tudo volta pra fase inicial e vai se repetindo as agressões.

Portanto conclui-se que a violência se manifesta através de um padrão de agressão, e que não é tão simples de resolver como parte da sociedade acredita hoje mecanismos já possibilitam uma melhoria para as vítimas de violência contra a mulher como a criação das Delegacias Especializadas para as Mulheres-DEAM, Políticas Públicas para as Mulheres, a Lei Maria da Penha que puni a violência contra a mulher, à criação da casa abrigo e acolhimento entre outros.

A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) e a defesa contra a violência

Em meio a um cenário de tanta violência contra a mulher à problemática se tornou um problema público, partindo desse pressuposto as mulheres se mobilizaram para exigir uma resposta do poder público para dar um basta na violência, como resposta de consolidação o movimento feminista e de direitos humanos obtiveram a aprovação em agosto de 2006 da Lei nº. 11.340, a Lei Maria da Penha³, tendo por objetivo combater a violência doméstica, pela qual se “configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASL, 2006).

A lei tipifica a violência como crime e conceitua vários tipos de violência seja ela física, psicológica ou sexual patrimonial, de acordo com Gonçalves; Cruz (2008, p.149) “a Lei Maria da Penha também institucionalizou e estabeleceu as diretrizes da Política Nacional de enfrentamento a Violência Contra as Mulheres” ,ou seja, criou responsabilidades a serem cumpridas pelos poderes judiciário, legislativo e executivo para evitar que ocorra novamente casos de omissão como que o Brasil teve referente ao caso de violência contra a Maria da Penha.

³ A Lei Maria da Penha foi assim nomeada porque Maria da Penha Maia Fernandes, biofarmacêutica, cearense, fez de sua tragédia pessoal uma bandeira de luta pelos direitos da mulher. Ela foi agredida pelo seu marido e pai das suas três filhas, professor universitário de economia Marco Antônio Herridia Viveros, ficando paraplégica depois de sofrer duas tentativas de assassinato. Na primeira tentativa de assassinato, em 1983, seu marido disparou um tiro em suas costas enquanto Maria da Penha dormia, ela precisou se submeter a várias cirurgias ficando hospitalizadas durante quatro meses ficando paraplégica. A segunda tentativa de homicídio marido tento eletrocuta-la durante o banho. Em 1991, Marco Antônio foi levado a júri popular por duas vezes, porém os advogados conseguiram anular o julgamento, somente em 1996, ele foi condenado por dez anos e seis meses de prisão, porém recorreu e foi mantido em liberdade, fica explícito aqui uma negligência por parte do Estado Democrático brasileiro no enfrentamento de violência contra as mulheres.

A aprovação desta lei foi uma verdadeira guinada na história das mulheres vítimas de violência, pois consolidou e efetivou as políticas públicas existentes, de acordo com o relatório Global do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher UNIFEM, a Lei Maria da Penha esta entre as três leis de proteção à mulher mais avançadas do mundo.

No entanto, através de uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA para avaliar o impacto da Lei Maria da Penha⁴ sobre a mortalidade de mulheres por agressões constatou-se que não houve reduções das taxas anuais de mortalidade, quando se analisa os dados anteriores da vigência da Lei. “As taxas de mortalidade por 100 mil mulheres foram 5,28 no período 2001-2006 (antes) e 5,22 em 2007-2011 (depois). Observou-se sutil decréscimo da taxa no ano 2007, imediatamente após a vigência da Lei”. (IPEA, 2013)

A pesquisa foi feita somente referente aos óbitos. Não abrangeu a violência contra a mulher que tem um amplo conjunto de atos, desde a agressão verbal até a violência física, constatou-se que o percentual de feminicídios foi elevado em todas as regiões e estados brasileiros, outro destaque é que os óbitos são compatíveis em grande parte com situações relacionadas à violência doméstica e familiar contra a mulher. Isso é um dado preocupante, pois de acordo com o IPEA (2013) “os feminicídios são eventos completamente evitáveis, que abreviam as vidas de muitas mulheres jovens, causando perdas inestimáveis, além de consequências potencialmente adversas para as crianças, para as famílias e para a sociedade”.

Contudo percebemos que uma necessidade de reforçar as ações previstas na Lei Maria da Penha, adotando novas medidas para contribuir no enfrentamento da violência contra a mulher que possibilitem reduzir as desigualdades de gênero.

O caso de Maria da Penha foi levado para à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA em outubro de 1996, o Brasil foi denunciado por ter sido omisso e tolerante à violência contra a mulher não fazendo cumprimento do que tece no Art. IV da convenção interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. De acordo com a publicação dos 10 anos da adoção da Convenção de Belém do Pará (2004, p. 22):

Os tribunais devem ser eficientes e rápidos para julgar as violações aos seus direitos. A Convenção ressalta ainda que a mulher está protegida pelos demais direitos previstos em todos os instrumentos regionais e internacionais relativos aos direitos humanos. O mais específico deles em relação às mulheres é a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW).

Foi nesse sentido que Maria da Penha se tornou um símbolo da luta contra a violência doméstica, a Lei

que leva seu nome e a sua história, foi aprovada em 2006, teve origem em projeto encaminhado pelas feministas, elaborado em cima da realidade perversa que tem sido a violência doméstica, atingindo grande parte da sociedade que são as mulheres, mas que tem representado um grande avanço nas conquistas dos direitos das mulheres.

ANÁLISE DAS AÇÕES EDUCATIVAS EM GÊNERO NA SECRETARIA EXECUTIVA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES, COMO FORMAS DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Procedimentos metodológicos

A pesquisa pode ser definida de várias formas, de uma forma simples, pesquisar é procurar respostas para algumas indagações sejam elas uma proposta corriqueira do nosso cotidiano ou uma proposta mais complexa no campo científico, de toda forma pesquisar é uma busca de conhecimento que se realiza através da indagação, investigação, questionamentos e problemas que presenciamos na construção da nossa realidade e da nossa prática ambas sempre envolve o desejo de saber, aprender e obter informações. De acordo com Minayo (2013, p.4):

[...] pesquisar é buscar conhecimento. Nós pesquisamos a todo o momento, em nosso cotidiano, mas, certamente, não o fazemos sempre de modo científico. [...] Assim, pesquisar, num sentido amplo, é procurar uma informação que não sabemos e que precisamos saber.

A pesquisa tem como finalidade resolver problemas e solucionar dúvidas através dos procedimentos científicos. Minayo (2011, p.16) considera a pesquisa como uma:

[...] atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa que vincula o pensamento e a ação.

Para responder determinadas questões, há vários tipos de pesquisa em que cada uma proporciona a coleta dos dados sobre o que pretendemos investigar, a escolha da pesquisa vai depender da determinação do pesquisador em realizá-la, o enfoque dado à pesquisa, os interesses, os campos, as situações, as metodologias e por fim os objetos de estudo.

Vale ressaltar que a pesquisa pode nos proporcionar ou não as respostas procuradas, o sucesso da pesquisa dependerá do pesquisador compreender que pesquisa é um processo e não só uma simples coleta de dados (PRODANOV, FREITAS, 2013), pois os resultados podem se modificar de acordo com o tempo e época vivenciada, o que hoje não foi considerada resposta ou solução futuramente pode ser aceito e repensado.

Para a realização de uma pesquisa é necessário que ocorra um planejamento e a utilizações de alguns instrumentos, segundo os autores Prodanov e Freitas

(2013, p. 45) “existe uma série de passos para se chegar à determinada resposta de forma segura sobre a questão que deu origem à pesquisa”, tais como: tempo disponível para sua realização, espaço onde será realizado, recursos materiais necessários e recursos humanos disponíveis, recolha de dados, observação, entre outros, é importante ressaltar que esses meios não são identificados como métodos. Ainda para Prodanov e Freitas (2013, p. 24) “o método como um caminho para se chegar a um determinado fim. E o método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingirmos o conhecimento”.

Desta forma, método é um processo que deve ser inserido na investigação como uma linha de raciocínio que o pesquisador vai seguir para realizar a sua determinada pesquisa, cada pesquisa tem seu método científico adequado, não existe um método universal que sirva para todas as pesquisas, cientistas e filósofos da ciência, defendem que há uma “diversidade de métodos, que são determinados pelo tipo de objeto a investigar e pela classe de proposições a descobrir.” (Prodanov, Freitas, 2013, p.24).

Dessa forma a presente pesquisa se constitui como um estudo planejado, ou seja, uma pesquisa científica utilizou-se um método de abordagem do problema investigado, o método é o que caracteriza o aspecto científico da investigação, de acordo com Minayo (2011, p. 16) “precisamos de parâmetros para caminhar na produção do conhecimento”, os métodos são classificados em métodos: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico.

O método utilizado na presente pesquisa foi o método materialista dialético, o método de Karl Marx, pois é o método que estuda o objeto através dos fenômenos sociais, neste método é importante que o pesquisador tenha uma aproximação da realidade a ser pesquisada, de acordo com Marx o papel do pesquisador deve ser ativo e não passivo, para poder apreender a essência, a estrutura e a dinâmica do objeto a ser pesquisado, o sujeito pesquisador deve ter a capacidade de adquirir o máximo de conhecimentos, para ser um sujeito crítico, criativo, entre outros.

Marx explicita esses aspectos para o pesquisador porque o objeto a ser pesquisado são objetos que são presentes da nossa realidade, ou seja, são fatos sociais, portanto não podem ser entendidos de forma isolada, mas sim em uma totalidade que envolve influências políticas, econômicas, culturais, entre outros. De modo geral a importância da pesquisa deve esta fundamentada no conhecimento de um objeto real e determinado, bem como afirma Lênin citado por Netto (199, p. 284):

[...] o espírito do legado de Marx consistia na “análise concreta de uma situação concreta”. O mesmo Lênin, uns poucos anos antes, já compreendera que a Marx não interessava elaborar uma ciência da lógica (como o fizera HEGEL): importava-lhe a lógica de um objeto determinado – descobrir esta lógica consiste em reproduzir idealmente (teoricamente) a estrutura e a dinâmica deste objeto.

Sendo assim, a presente pesquisa embasou-se no método materialista histórico e dialético de Karl Marx, uma vez que entende a violência contra a mulher a partir de uma perspectiva histórica, em que procura-se apreender a particularidade desse fenômeno social, político, cultural e econômico.

Como meio de aproximação do objeto da pesquisa foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, pois como aponta Minayo (2004, p.21) “esta corresponde ao espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não se limitam a simples variáveis”. Nesse sentido, foi realizada uma análise mais intensa que foi além de dados numéricos, haja vista que a violência contra a mulher não pode ser quantificada em variáveis numéricas, já que a maior parte das mulheres não denunciam e não chegam as instituições de proteção social.

Acrescenta-se que a pesquisa é do tipo de campo, de acordo com Minayo (2011, p. 61) “O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta”. Também utilizou-se entrevista semi-estruturada, que possibilitou o levantamento das informações para responder o escopo central do projeto de pesquisa: como as práticas educativas contribuem para o enfrentamento da violência contra a mulher no município de Cajazeiras-PB. Segundo Minayo (2011, p.64):

As entrevistas podem ser consideradas conversas com finalidades e se caracterizam pela sua forma de organização [...] semiestruturada, que combina perguntas fechadas ou abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada.

Os sujeitos pesquisados foram os técnicos da Secretaria Executiva de Políticas Públicas para as Mulheres no Município de Cajazeiras – PB, em sua totalidade 06 entrevistados dentre eles Assistentes Sociais, Secretária, Coordenadora, Educadora Social e Psicóloga, esses são os funcionários que atuam diretamente com a política da mulher, intervindo nos casos de violência contra a mulher e executando as ações educativas em gênero.

O campo da pesquisa foi escolhido através de duas perspectivas, inicialmente porque a Secretaria Executiva de Políticas Públicas para as Mulheres é instituição atuante no enfrentamento da violência contra a mulher que é resultante da desigualdade de gênero, logo está também é uma das principais instituições que desenvolvem práticas educativas no enfrentamento da violência contra a mulher e da desigualdade de gênero e posteriormente por ter sido o meu respectivo campo de estágio. A referida instituição atua em parceria ao Centro de Referência de Atendimento a Mulher Margarida Alves-CRAM prestando atendimento às mulheres vitimadas, orientando-as sobre seus respectivos direitos e quais os procedimentos deve ser tomado diante qualquer tipo de violência.

O procedimento de coleta de dados que é a fase do método de pesquisa utiliza-se de várias técnicas de

levantamentos de dados como questionários, entrevistas, observações e formulários, na referente pesquisa foi realizado a coleta de dados por via de entrevista e de análise de conteúdo. Segundo Bardin citado por Minayo (2011, p. 83):

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção /recepção (variáveis e inferidas) destas mensagens.

Referente aos aspectos éticos da pesquisa será considerado, o respeito, e todos os aspectos que envolvem as pessoas, contemplado na resolução Nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Por conseguinte, existiu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que participantes possam ter o conhecimento do objetivo do estudo, possuindo a liberdade de envolvimento na análise tendo a opção contribuir ou não na referente pesquisa, sem causar danos a sua imagem e sua função exercida do órgão.

Análise e Discussão dos dados

Historicamente tem-se presenciado, tolerado e estimulado as mais perversas condições de dominação-exploração de homens contra mulheres, violência essa que é uma violação dos direitos humanos e não se nessas características, porque também é considerado como um grande impedimento para a conquista da igualdade de gênero.

Atualmente os índices de violência contra a mulher tem ocupado uma alta posição no ranking de violência, mesmo com a contribuição de alguns mecanismos, como por exemplo, a Lei Maria da Penha que defende os direitos das mulheres e pune qualquer ato de violência cometido contra a esfera doméstica diante deste quadro, procuramos analisar como a Secretaria Executiva de Políticas Públicas para as Mulheres juntamente com as Escolas do município de Cajazeiras-PB tem enfrentado essa problemática de desigualdade entre os gêneros que resulta nos mais diversos tipos de violência contra as mulheres, vale ressaltar que ocorre uma inexistência de escolas que trabalhem de forma permanente a questão de gênero com seus respectivos alunos o referente dado foi fornecido pela SEPPM.

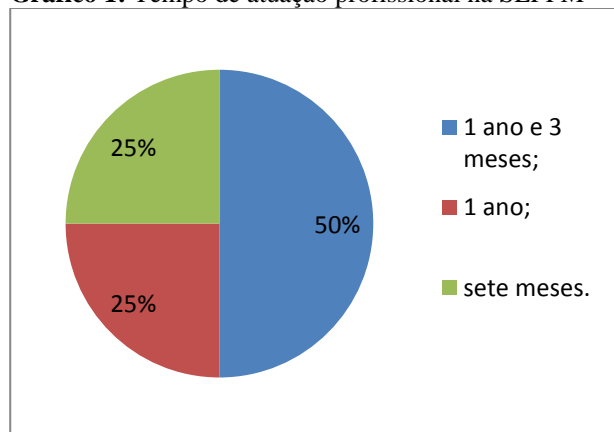
É importante ressaltar que as práticas educativas não-sexistas são fundamentais para desconstruir as práticas que estão arraigadas na cultura como se fossem fenômenos naturais. Partindo dessa concepção é que a SEPPM tem executado suas ações e tem gerado alguns impactos positivos na sociedade, como já foi mencionado o município não possui escolas que tratem da questão gênero de forma sistemática, e posteriormente porque ainda existem pessoas que não sabem que possui uma Secretaria específica para atender as mulheres, isso nos mostra que é necessário que a referida instituição realize uma publicização das suas ações e por fim porque grande

parte da sociedade escuta falar da Lei Maria da Penha, mas não sabem da sua importância e o quanto tem salvado a vida de muitas mulheres.

Em primeira instância, para analisar se as ações educativas em gênero contribuem no enfrentamento da violência contra a mulher no município de Cajazeiras-PB, faz-se necessário mapear o tempo de aproximação dos funcionários da secretaria com a temática de gênero. Aqui, constatou-se que todos os entrevistados afirmaram que sua aproximação com a temática de gênero ocorreu através do trabalho dentro da Secretaria.

Podemos verificar que as profissionais que atuam na SEPPM só se aproximaram da temática de gênero quando foram chamadas para atuar no quadro profissional da referida instituição, anterior a esse momento não tiveram nenhuma aproximação com a temática, isso nos mostra que a SEPPM é uma instituição que tem um quadro profissional que não possuem propriedade na discussão de gênero, pois, não tiveram nenhuma capacitação ou aproximação com o tema, vale ressaltar que essa falta de aproximação com a temática é um problema a nível nacional, pois, a maioria das secretarias de políticas para as mulheres são constituídas por pessoas que militavam na causa feminista e foram constatadas para dá assessoria as atividades das referidas instituições; até porque as secretarias são uma pauta dos movimentos feminista que foram aceitas pelos governos.

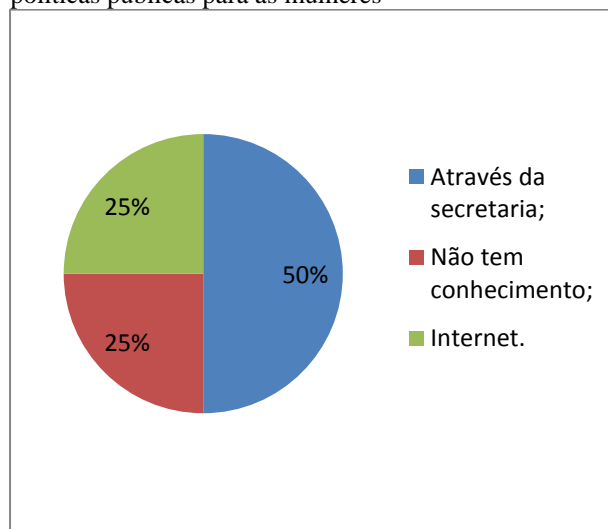
Gráfico 1: Tempo de atuação profissional na SEPPM



Fonte: Primária. Pesquisa realizada na SEPPM, 2014.

Convém explicitar o tempo de atuação profissional, quando 50% das funcionárias afirmaram que atuam a um ano de três meses, 25% atuam a um ano e outros 25% a sete meses, como pode ser percebido no gráfico abaixo, destacando que todos as profissionais ocupam cargos comissionados.

Gráfico 2: Conhecimento sobre o plano nacional de políticas públicas para as mulheres



Fonte: Primária. Pesquisa realizada na SEPPM, 2014.

No que diz respeito ao conhecimento dos funcionários para com o Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, 25% dos entrevistados aponta que tem conhecimento sobre o Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres PNPM através da internet, 25% afirma não ter conhecimento sobre o Plano e os demais 50% tem conhecimento do PNPM porque a própria Secretaria disponibiliza do Plano para os seus funcionários. O Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres é um documento que contem o compromisso do Estado com a afirmação de direitos da mulher que visa romper com a desigualdade de gênero tendo suas ações executadas através de Secretarias e Ministérios.

O primeiro PNPM teve sua primeira elaboração, em julho de 2004, na I Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, foi a partir deste momento que se debateu e elaborou o IPNPM o processo como um todo teve a participação de 120 mulheres em todas as regiões do país. Em agosto de 2007, na II Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres que contou com a participação de 200 mil brasileiras ocorreu a sistematização de um conjunto de propostas, objetivos e prioridades ao Estado brasileiro que resultou no conteúdo do II PNPM. E a mais recente foi a III CNPM em dezembro de 2011, com 200 mil participantes que teve como resultado o III PNPM 2013-2015 que constitui-se em um elemento estrutural da configuração de um Estado democrático (MENICUCCI, 2013, p. 9).

O IIPNPM contribui para o fortalecimento e a institucionalização da Política Nacional para as Mulheres aprovada anteriormente a partir de 2004 reafirmando os princípios orientadores da Política Nacional para as Mulheres, quando defende tais compromissos assumidos pelo Estado:

Autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida, busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens e em todos os âmbitos, respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação, caráter laico do Estado, universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado, participação ativa das mulheres em todas as

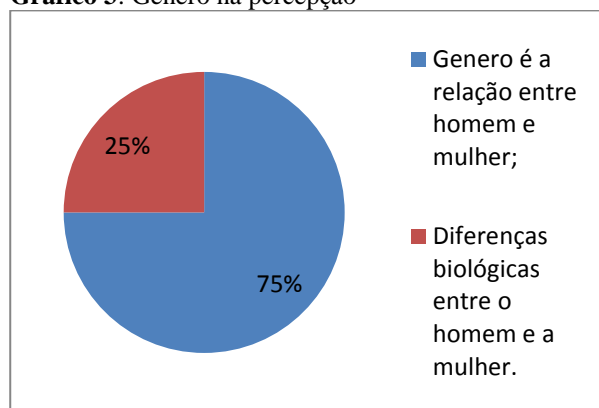
fases das políticas públicas e transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas. (IIIPNPM, 2013, p. 9)

Podemos observar que desde a implementação do Plano muito já se avançou, um dado relevante é o avanço referente à autonomia das mulheres, no entanto isso não quer dizer que ainda não temos o que avançar, mas isso mostra que o Plano tinha uma meta que foi alcançada e temos novos desafios a serem enfrentados a nossa frente.

Vale ressaltar que é de grande relevância que os funcionários que atuam direto e indiretamente com Políticas Públicas para as Mulheres tenham conhecimento sobre o Plano porque é nele que contem os princípios, diretrizes e as prioridades da Política para as Mulheres, que devem sempre nortear as ações executadas por estes profissionais.

O gráfico três refere-se ao entendimento do que é gênero na concepção dos funcionários, 75% compreende gênero como uma relação entre homem e mulher construída através de um processo sócio cultural permeado por desigualdade, opressão/exploração. Diferentemente dos 25% que afirma que gênero é uma diferenciação entre noções de masculino e feminino, determinadas a partir de diferenças biológicas.

Gráfico 3: Gênero na percepção



DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA

Fonte: Primária. Pesquisa realizada na SEPPM, 2014.

Como já pontuei no capítulo II os estudos de gênero surgem inicialmente nos movimentos feministas no final do século XX, entre as décadas de 1970 e 1980 com o objetivo de explicar e desnaturalizar as desigualdades entre homens e mulheres que se expressa de forma discriminatória e opressora nas vidas das mulheres. Como podemos observar a desigualdade entre os sexos já tem uma longa trajetória. As relações desiguais de gênero têm outros elementos que perpassam como, por exemplo, a raça, etnia, classe social entre outros que também fazem com que as desigualdades se aprofundem.

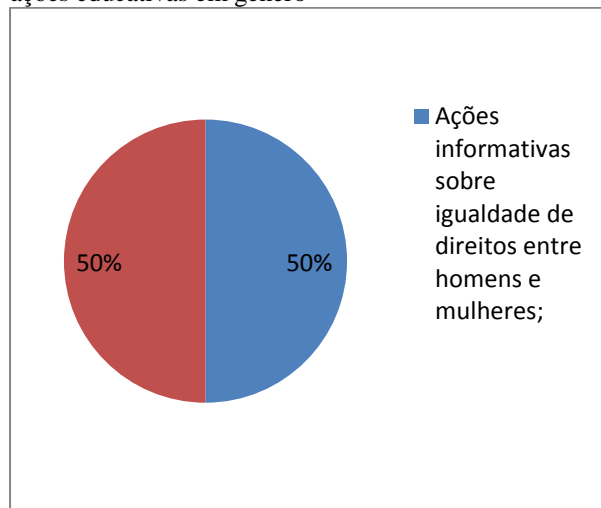
Quando se aborda o termo gênero, de imediato pensa-se em um campo de estudo relacionado somente as mulheres, mas diz respeito também obter informações dos homens já que o mundo das mulheres também faz parte do

mundo dos homens e ambos se relacionem nesse mesmo mundo. Como bem aponta Joan Scott (1995, p.3):

“Gênero” como substituto de “mulheres” é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro.[...]esse uso rejeita a utilidade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais e entre os sexos.

Portanto, é de grande relevância que os funcionários compreendam o real sentido da palavra gênero para diferencia-la do sexo, já que o sexo sim é uma categoria biológica, abordar gênero como diferenças biológicas é fortalecer pensamentos conservadores que tratam as mulheres como um ser submisso ao homem, tal fato tem refletido de forma violenta e perversa não só na vida das mulheres, mas na sociedade de uma forma geral. Se os profissionais não possuem essa compreensão de gênero dificilmente conseguiram perceber a desigualdade presente entre homens e mulheres construídas como um processo sócio-histórico logo desconhecer a temática impossibilita a atuação na garantia de direitos dos respectivos usuários desta instituição, ou seja, as mulheres.

Gráfico 4: Compreensão dos funcionários acerca das ações educativas em gênero



Fonte: Primária. Pesquisa realizada na SEPPM, 2014

O gráfico 04 refere-se sobre o entendimento dos entrevistados sobre o que são ações educativas em gênero, 50% afirmam que ações educativas em gênero são ações que informam a população sobre igualdade de direitos entre homens e mulheres, sobretudo dos valores necessários para o convívio igualitário.

Outros 25 % abordam que são ações de cunho informativo em vários aspectos, como: sexualidade, violência, legislação protetiva, geração de renda atrelada a

autonomia da mulher e sobretudo como essa relação de gênero está sendo construída historicamente.

Não muito diferente os demais 25% acredita que são ações envolve grupos, rodas de conversas, palestras nas escolas tendo como tema a Lei Maria da Penha.

A educação contribui na configuração do indivíduo como membro do gênero humano, logo a educação é uma mediação entre o indivíduo e a sociedade. De acordo com Ivo Tonet (2005, p. 136) tornar-se homem do homem é um processo onde todos os indivíduos possuem características comuns, repassadas de um para outro geneticamente. No entanto, o seu pertencimento ao gênero humano não lhe é repassado geneticamente, mas sim através de um processo histórico-social.

Diferentemente dos animais que já nascem “sabendo” o que fazer para dar continuidade a sua existência e a da sua espécie. O homem precisa receber instruções e aprendizagens através de outros indivíduos, ou seja, esse aprendizado é adquirido no seu cotidiano através da convivência com a sociedade. Como afirma Leontiev citado por Tonet (2005, p.136):

As aquisições do desenvolvimento histórico das aptidões humanas não são simplesmente dadas aos homens como fenômeno objetivo da cultura material espiritual que os que os encarnam, mas são aí apenas postas. Para se apropriar destes resultados, para fazer deles suas aptidões, 'os órgãos de individualidade', a criança o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através doutros homens, isto é, num processo de comunicação com eles. Assim, a criança aprende a atividade adequada. Pela sua função, este processo é, portanto, um processo de educação.

Na efetivação da construção da igualdade é necessária a contribuição de algumas instituições que fazem parte da formação dos indivíduos, dentre estas se destaca as escolas. A educação entre meninos e meninas é um elemento basilar da cidadania e da construção da democracia entre os gêneros, partindo do conceito Carvalho (1999, p.9) afirma que:

[...] trabalhar na área da educação possibilita reconstruir a cultura, os valores, os símbolos das novas gerações, transmitindo ou recriando, reproduzindo ou transformando as hierarquias, as diferentes importâncias atribuídas socialmente àquilo que é associado ao feminino e a masculino.

O Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, desde 2004, percebe que a educação é um dos eixos de grande relevância para a construção de uma sociedade igualitária. Esse pensamento está presente até o atual PNPM de 2013-2015, onde afirma que:

[...] a educação brasileira ainda não incorporou totalmente o princípio da igualdade de gênero. Há paridade nas matrículas em quase todos os níveis de ensino. A desigualdade de gênero foi reduzida no acesso e no processo educacional, mas permanecem diferenças nos conteúdos educacionais e nos cursos e nas carreiras acessados por mulheres e homens. (PNPM, 2011, p.22)

Partindo do conceito podemos afirmar que a educação é um meio fundamental para o desmonte das desigualdades sociais de gênero, raciais, étnicas, geracionais, de orientação sexual, regionais e locais, o PNPM traz algumas ações importantes para ser trabalhadas no âmbito escolar e universitário, tais como:

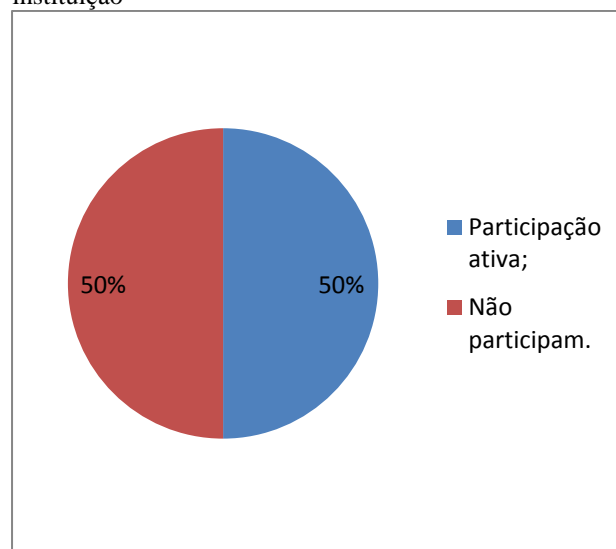
I. Contribuir para a redução da desigualdade entre mulheres e homens e para o enfrentamento do preconceito e da discriminação de gênero, étnica, racial, social, religiosa, geracional, por orientação sexual, identidade de gênero e contra pessoas com deficiência por meio da formação de gestores/as, profissionais da educação e estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino.

II. Consolidar na política educacional as perspectivas de gênero, raça, etnia, orientação sexual, geracional, das pessoas com deficiência e o respeito à diversidade em todas as suas formas, de modo a garantir uma educação igualitária e cidadã.

III. Promover o acesso e a permanência de meninas, jovens e mulheres à educação de qualidade, prestando particular atenção a grupos com baixa escolaridade (mulheres adultas e idosas, com deficiência, negras, indígenas, de comunidades tradicionais, do campo e em situação de prisão, e meninas retiradas do trabalho infantil). (PNPM, 2013-2015)

Com relação às ações educativas em gênero realizadas pela Secretaria 100 % dos entrevistados responderam que são executadas as ações educativas em gênero através da distribuição de panfletos informativos, acolhimentos solidários, escuta/rodas de conversa em escolas públicas e privadas, promoções de direitos, prevenção e promoção à saúde, orientações, capacitação.

Gráfico 5: A participação da população na formulação das ações educativas em gênero desenvolvidas por esta instituição



Fonte: Primária. Pesquisa realizada na SEPPM, 2014.

Acerca da participação dos usuários nas formulações das ações educativas em gênero desenvolvidas por esta instituição, 50% dos entrevistados afirmam que a população tem participação ativa nas

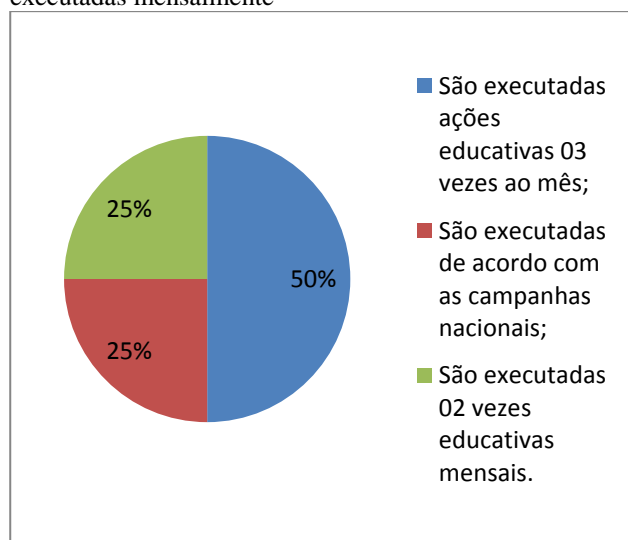
formulações e os demais 50% afirmam que não ocorre participação da população.

É de grande relevância a participação da sociedade de um modo geral na formulação das ações educativas em gêneros, porque são ações que constituem espaços necessários para o desenvolvimento do enfrentamento da desigualdade em gênero. A participação ativa da população possibilita um controle do processo de discussão e de elaboração de tais ações, é através da participação da sociedade que são apontadas as prioridades sociais que as ações educativas em gêneros devem alcançar. Essa fiscalização e participação do povo aqui citada é denominada de controle social estabelecido pela Constituição Federal de 1988, tendo por objeto a participação da sociedade civil na elaboração, efetivação e fiscalização das políticas públicas brasileiras.

A participação da população está baseada em uma concepção democrática participativa, onde a sociedade tanto pode apontar suas necessidades e prioridade como pode fiscalizar, deliberar, e fazer parte integrante do controle social, no município de Cajazeiras-PB, por exemplo, são realizadas Conferências de Políticas Públicas para as Mulheres, a última foi III Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, realizada em 2011, com a participação de quase 350 mulheres, o município também possui um Conselho de Mulheres que atua dentro da própria SEPPM.

No que diz respeito ao público alvo das ações educativas podemos observar que ocorre total participação da população a qual se destina a ações educativas em gênero, ou seja, os alunos das escolas municipais, isso significa que as pessoas estão cada vez mais tendo conhecimento sobre a desigualdade que permeiam as relações de gênero e que podem ser desconstruída.

Gráfico 6: Quantidade de ações educativas em gênero executadas mensalmente



Fonte: Primária. Pesquisa realizada na SEPPM, 2014

Ainda Sobre a quantidade de ações educativas realizadas mensalmente por esta Secretaria, tendo 50% afirmando que são executadas 03 ações educativas em gênero, 25% aponta que são realizadas ações de acordo com as campanhas nacionais, e os demais 25% respondeu

que são executada apenas 2 ações educativas em gênero mensalmente.

Foi questionado as entrevistadas se a Secretaria quando executa as ações educativas em gênero ela sempre aborda a questão de violência em que as mulheres têm sofrido, de acordo com todos os entrevistados asseguram que este debate esta sempre presente nas ações.

A violência contra a mulher é uma manifestação das relações de poder construídas através de um espaço sócio-cultural, que se expressa através de qualquer ato ou conduta baseada no gênero, dano, sofrimento físico, sexual, psicológico, patrimonial, e chegando a sua expressão máxima que é o óbito.

No Brasil, para 70 % da população, a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos (Data Popular e Instituto Patrícia Galvão). A violência contra as mulheres é um dos elementos fundantes do patriarcado, podemos perceber sua manifestação em dados alarmantes como, no município de Cajazeiras-PB, entre o ano de 2010 a 2013, foi realizado 219 atendimentos, sendo que 157 correspondem a caso de violência contra a mulher e 62 atendimentos a outro caso, vale ressaltar que a maioria dos casos de violência ocorreram no âmbito domiciliar.

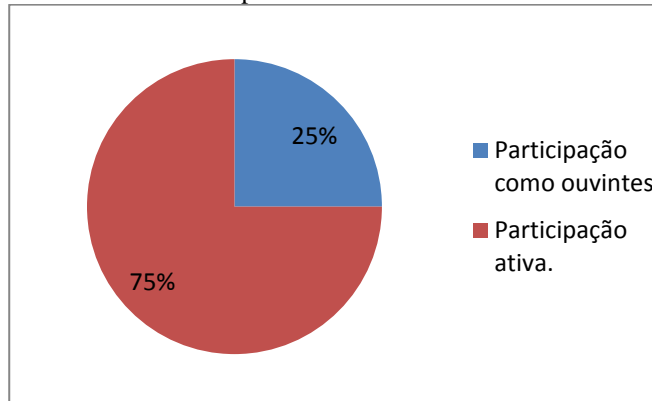
Atualmente existem mecanismos para punir a violência contra espaço doméstico, como por exemplo, a Lei Maria da Penha e políticas públicas voltadas ao atendimento dessas mulheres vitimadas e mesmo assim tem-se presenciado um aumento nos dados da violência contra a mulher.

É de grande relevância que os profissionais que executam as ações educativas em gênero abordem sempre a situação de violência em que se encontram as mulheres, aliás, é um ponto chave das ações educativas em gênero mostrar para a sociedade os danos que causa essa situação de violência e opressão na vida das mulheres e na sociedade de uma forma geral, e que é necessário romper com esse ciclo de desigualdade e superioridade dos homens para com as mulheres para se obter uma sociedade emancipada.

No entanto, se faz relevante tratar de outras temáticas nas ações educativas que vão além da violência contra a mulher tais como sexualidade, etnia, raça, religião, cultura, relações sociais, cultura entre outros. Pensando nisso a Secretaria quando executa suas atividades educativas em gênero sempre aborda os respectivos temas nas escolas e não se limitando apenas na violência contra a mulher.

Ao ser questionado sobre a opinião das profissionais, em relação aos elementos determinantes da violência contra a mulher, todas as entrevistadas destacaram que é principalmente a cultura do machismo e do patriarcalismo, a falta de informação sobre os direitos da mulher, a baixa escolaridade, a dependência financeira das mulheres em relação aos companheiros, alcoolismo e dependência química.

Gráfico 7: participação dos professores nas ações educativas realizadas pela secretaria



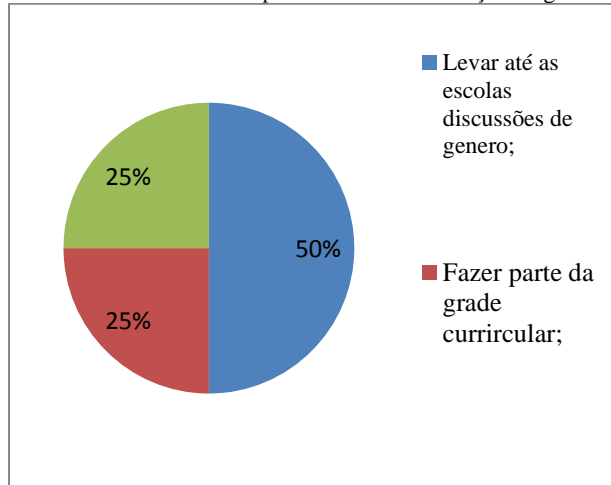
Fonte: Primária. Pesquisa realizada na SEPPM, 2014.

É de grande relevância que os professores se apropriem da temática gênero, pois sabemos que a educação é uma mediação entre o indivíduo e a sociedade que proporciona ao indivíduo a apropriação de um conjunto de habilidades, conhecimentos, valores, comportamentos, logo a escolas também é um espaço sócio-cultural, portanto a educação é um elemento basilar da cidadania e da construção da democracia entre gêneros, um dos autores que contribuem para esse entendimento é o autor Carvalho onde afirma que:

[...] trabalhar na área da educação possibilita reconstruir a cultura, os valores, os símbolos das novas gerações, transmitindo ou recriando, reproduzindo ou transformando as hierarquias, as diferentes importâncias atribuídas socialmente àquilo que é Associado ao feminino e ao masculino. (CARVALHO, 1999, p. 9)

Tendo em vista a importância da participação dos professores (as) nas ações educativas em gênero realizadas pela Secretaria foi questionado se as professoras (os) participam de forma direta na execução das ações ou apenas como ouvinte, porquanto 25% afirmou que a participação dos professores é somente como ouvintes que as professoras e professores não se dispõem de fato a participarem e colaborar através da fala, outros 50% afirmam que as professoras (os) têm participação ativa inclusive na hora de controlar os alunos e posteriormente cobram algum tipo de relatório aos respectivos alunos como forma de garantir a atenção dos mesmos nas palestras, vale ressaltar que isso não torna as (os) educadoras em multiplicadoras (es) de gênero, é necessário que estas(es) profissionais utilizem de forma transversal em suas disciplinas. Ser educador requer muita responsabilidade e capacitação. Nesse sentido, podemos observar que os educadores não utilizam a temática gênero de forma transversal em suas disciplinas.

Gráfico 8: Mecanismos capazes de efetivar a educação em gênero



Fonte: Primária. Pesquisa realizada na SEPPM, 2014.

Os entrevistados apontaram alguns mecanismos capazes de efetivar a educação em gênero tais como: troca de informações em grupo, trabalhar as ações educativas nas escolas de forma permanente, que o tema fizesse parte da grade curricular e campanhas inteligentes de conscientização na mídia, esses mecanismos foram sugeridos por 50% dos entrevistados. São de grande relevância os mecanismos que os profissionais apontaram, porém não é suficiente, é necessário sendo assim percebemos que parte dos profissionais muitas das vezes sabem como atuar com a política.

Dos demais entrevistados o que correspondem a 25% defende que ações educativas em gênero devem ser trabalhadas nas famílias e escolas tendo como base o respeito a diferença, muito diálogo e esclarecimentos do que historicamente foi construído em garantias de direitos e o que deve ser combatido, e os 25% apontam que deve se levar para as escolas discussões de gênero sexualidade porque além de ser um tema atual é de fundamental importância para que venha desconstruir o preconceito que vivemos em nossa sociedade.

Fazendo uma análise das políticas educacionais de gênero é importante destacar que as reformas educacionais que ocorreram na década de 1990, reformas essas de cunho neoliberais executadas no governo Fernando Henrique Cardoso que tinha por lógica reformular sem aumentar despesas, adequando o sistema educacional as necessidades econômicas. Portanto esse período histórico redefine as políticas educacionais que tinha por base a qualidade, ligada à gestão democrática já que a década anterior foi marcada por várias conquistas de direitos sociais através da Constituição Federal de 1988.

As políticas educacionais incidiram sobre várias dimensões do sistema: financiamento, legislação, currículo material, maior autonomia das unidades escolares, maior autonomia das unidades, informatização, introdução de sistemas de avaliação, tanto no Brasil quanto em outros países latino-americanos entre outros, tanto a nível nacional quanto internacional.

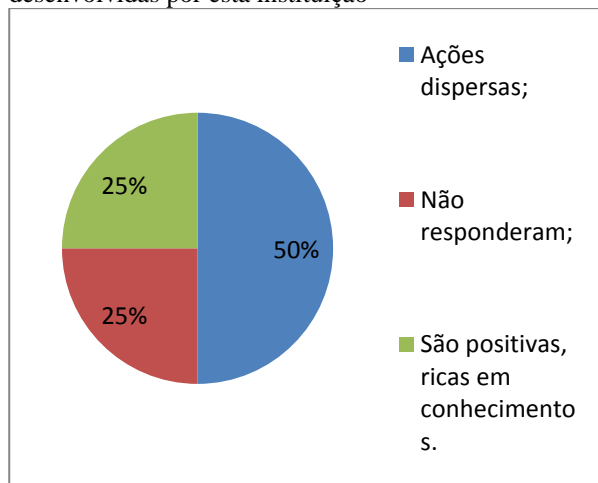
Nessa perspectiva tais dimensões possuíam capacidade de oferecer um importante suporte para,

ensaios, perguntas e propostas se olhadas através de um enfoque de gênero.

Em décadas anteriores não se pensava em uma educação que tratasse propriamente da desigualdade de gênero, atualmente apesar de haver falhas, tem se abordado a desigualdade presente em tais relações, mas ainda é necessária uma nova postura profissional, numa nova visão das relações presente no cotidiano escolar, na carreira docente, e no reconhecimento da diversidade étnico-cultural.

É preciso romper com essa invisibilidade presente nas escolas referente à discriminação feminina, racial e sexual junto com uma compreensão por parte dos educadores que para contribuir com a cidadania é necessário ensinar que a desigualdade pode ser desconstruída.

Gráfico 9: Avaliação das ações educativas em gênero desenvolvidas por esta instituição



Fonte: Primária. Pesquisa realizada na SEPPM, 2014.

Para concluir a entrevista foi questionado aos entrevistados como eles avaliam as ações educativas desenvolvidas por esta instituição, logo 50% responderam que as ações são um pouco dispersas, pois, deveriam ter mais consistência e poderia ser realizada com mais frequência caso existisse melhores condições de trabalho, 25% não responderam a pergunta e os demais 25% afirmam que as ações educativas em gênero são ações positivas, ricas em conhecimento, principalmente para as mulheres que sofrem violência, pois apresentam a Lei Maria da Penha e expõem quais são os direitos das mulheres e para onde recorrer quando estiver sendo vítima de violência doméstica.

Como podemos perceber as ações educativas relações de gênero são construídas desiguais e que esse motivo reflete de forma violenta na vida das mulheres, junto a isso também se faz primordial abordar que essas relações podem ser desconstruídas, que as mulheres possuem o mesmo direito de uma vida livre de violência e opressão assim como os homens e a sociedade de uma forma geral.

De acordo com o PNPM (2013-2015 p. 23) muitas ações e programas têm sido executadas na sociedade atual, mas ainda é necessário fortalecer essas

ações no âmbito educacional que visem contribuir com uma educação igualitária e não discriminatória no ambiente escolar.

Para tanto conclui-se que, a pesquisa realizada nos proporcionou conhecimento primordial no que se refere as ações educativas em gênero e da sua importância na construção de emancipação humana, contudo tornou visível a ausência significativa das ações educativas por parte desta instituição com as escolas e a sociedade, é necessário que a Secretaria enquanto instituição que lida diretamente com a questão de gênero amplie o seu quadro de ações educativas, capacite mais os seus profissionais para que os mesmos possam contribuir de forma mais eficiente no enfrentamento da violência contra a mulher e na garantia dos seus respectivos direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a mulher tem aumentado de forma alarmante nas últimas décadas, partindo do conceito que tal violência é reflexo das relações construídas de forma desigual entre os gêneros, sendo que as mulheres ocupam o lugar de inferioridade e o homem de superioridade a estas, feministas e teóricos acreditam que tais relações podem ser desconstruídas através de instituições, mecanismos e conhecimentos dentre eles a Educação particularmente a educação em gênero que foi o objeto de estudo do referente trabalho.

Embora as feministas junto com alguns autores e instituições tenham despertado a sociedade para a construção desigual entre os gêneros, ainda temos muito no que avançar, as ações educativas em gênero, por exemplo, estão sendo executadas de forma muito precárias e com pouca presença.

Grande parte da sociedade redita que o ciclo de opressão, exploração/dominação em que a mulher está inserida é algo natural e que não podem ser desconstruídas, porém de acordo com Saffioti (1987, p76) “[...] rigorosamente os seres humanos nascem machos ou fêmeas e a sociedade os transforma em homens e mulheres”, sendo que as crianças são criadas conforme o que a sociedade define como próprio de homem e de mulher e não de forma natural, inclusive as próprias organizações sociais tratam de naturalizar fenômenos que são completamente sociais.

Assim sendo, as crianças são criadas conforme o que a sociedade define como próprio de homem e de mulher e não de forma natural, inclusive as próprias organizações sociais tratam de naturalizar fenômenos que são completamente sociais.

Ao concluirmos este trabalho de grande relevância, ficou evidenciado a importância que a Educação, particularmente as ações educativas em gênero tem nas construções sociais e sua contribuição no combate à violência contra a mulher, reflexo advindo das construções desiguais das relações sociais. Também podemos perceber que a temática gênero mesmo que timidamente já tem se inserido nos espaços educacionais deste município.

Apontamos também que a Secretaria Executiva de Políticas Públicas para as Mulheres tem executado

algumas ações educativas, como palestras, rodas de conversa, debates, fazendo explicações da Lei Maria da Penha, mas ainda não é suficiente as escolas assim como esta referida instituição precisa capacitar seus profissionais para trabalhar de forma permanente a temática gênero com seus respectivos alunos e com a sociedade de uma forma geral.

Tendo em vista que é a Educação em gênero na efetivação da construção da igualdade é necessária a contribuição de algumas instituições que fazem parte da formação dos indivíduos, dentre estas as escolas. A educação entre meninos e meninas é um elemento basilar da cidadania e da construção da democracia entre os gêneros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Janaiky Pereira. **As multifaces do patriarcado**: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas. Recife, 2010.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 2.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1.ed.São Paulo: outras Expressões, 2012.
- FARIA, Nalu et. Al. **Gênero e Educação**.São Paulo:SOF, 1999,76 p.
- GIL, Antônio Carlos. Pesquisa Social. In: **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. 8. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.
- O SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO SOCIOJURÍDICO NA PERSPECTIVA DA CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS. II Seminário nacional. Conselho Federal de Serviço Social- Gestão Tempo de Luta e Resistência. – Brasília: CFESS, 2012.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio da Pesquisa Social**. In: **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero e Patriarcado**: A Necessidade da Violência. In: MARTIN, Márcia Castillo; OLIVEIRA, Suely de (Org). Marcadas a Ferro. Brasília, 2005.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: moderna,1987.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. 1.reimpr. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SILVEIRA, M. L.; GODINHO, T. (orgs.) et. Al. **Educar Para Igualdade**: gênero e educação escolar. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher. Secretaria Municipal da Educação, 2004. 228 p.
- TAVARES, Manuela. **Feminismo(s) e marxismo: um casamento “mal sucedido”** dossier congresso karl marx. 2009 (mimeo).
- Soares, Suamy rafaely. **O patriarcado na teoria feminista**.
- Tonet, Ivo. **Educação e concepções de sociedade**. Instituto Lukács, São Paulo, 2012. 12 p. Disponível em: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/Educacao_e_concepcoes_de_sociedade.pdf> Data de acesso: 25 de novembro de 2014.
- Tonet, Ivo. **Educar para a cidadania ou para a liberdade?**. Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 469-484, jul./dez. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9809/9044>> Data de acesso: 25 de novembro de 2014.
- Louro, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas, Educação em Revista. Belo Horizonte, 2007.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. **A REVERSÃO DO HIATO DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO SÉCULO XX**. KAIZÔ IWAKAMI BELTRÃO,2009.
- CONSULTA POPULAR CADERNO DE DEBATESA. Consulta Popular e o Feminismo, Consulta Popular Secretaria Nacional, Nº 1, 2009.
- RODRIGUES, Neidson. **EDUCAÇÃO: DA FORMAÇÃO HUMANA À CONSTRUÇÃO DO SUJEITO ÉTICO**,(texto) Educação & Sociedade, ano XXII, no 76, Outubro/2001.
- Tonet, Ivo. **Educação e formação humana**. Maceió, 2006. 12 p. Disponível em: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/EDUCACAO_E_FORMACAO_HUMANA.pdf> Data de acesso: 25 de novembro de 2014.
- Tonet, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí, Unijuí, 2005. 159 p. Disponível em: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/EDUCACAO_CIDADANIA_E_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf> Data de acesso: 25 de novembro de 2014.
- ÉTICA, Secretaria de Educação Fundamental .
- LOURO, Guacir Lopes. **Educação para além do capital**, 1994.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo. 2008.
- SOARES, SUAMY RAFAELY. **AS VÁRIAS EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA**. Monografia. 2006.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos pagu, 2001.

- BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e Cultura**. São Paulo: Cortez, 2001.
- BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete pereira. **Tempos e memórias, movimentos feministas no Brasil**. Brasília DF 2010.
- SILVA, Carmen; Camurça, Sílvia. **Os feminismos e as lutas sociais**: curso de formação política feminista. Instituto Feminista para a democracia SOS Corpo. Alto da Sé, Olinda-PE, 2008.
- ROSEMBERG, Fúlvia. **Políticas educacionais e gênero**: um balanço dos anos 1990, Cad. Pagu. Campinas 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100009> Data de acesso: 25 de novembro de 2014.
- TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 2ª edição revista instituto Luckás SP, 2012. Disponível em: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/educacao_contra_o_capital.pdf> Data de acesso: 25 de novembro de 2014.
- ROSEMBERG, FÚLVIA. **Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo**, Rev. Estud. Fem. vol.9 no.2 Florianópolis 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2001000200011&script=sci_arttext> Data de acesso: 26 de novembro de 2014.
- CORRÊA, Mariza. **Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil**: um exemplo pessoal. 2001: pp.13-30.
- MARQUES, Mário Osório. **Os Paradigmas da Educação**. Universidade de Ijuí (UNIJUÍ) brasilia v. 73.
- MEYER, Dagmar E. Estermann; RIBEIRO, Cláudia; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO. 'OLHARES' SOBRE ALGUMAS DAS PERSPECTIVAS TEÓRICOMETODOLÓGICAS QUE INSTITUEM UM NOVO G.E.** GEERGE/UFRGS1 – GEISH/FE/UNICAMP2 – NUSEX/UNESP Araraquara.
- SOARES, Vera. **Muitas faces do Feminismo no Brasil**, 1992.
- BARUKI, L. V. R. P. ; BERTOLIN, P. T. M. **Violência contra a mulher**: a face mais perversa do patriarcado. (org) mulher, sociedade e direitos humano. São Paulo, 2010 (série temas especiais).
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ª edição, São Paulo; Boitempo; 2008.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. Saffiti. São Paulo, editora Perseu Abramo, 2004 coleção (brasil urgente).
- FERNANDES, F. A ; PEREIRA, M. A. E. **Protegendo as mulheres da violência doméstica**, Seminário para os educadores direito e profissionais de atendimento às vítimas de violência doméstica, 2001.